# LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

**Companhia de Capital Autorizado**
**CNPJ/MF nº 42.278.291/0001-24 - NIRE nº 3.330.026.074-9**
**Praia de Botafogo 501/Bloco B - Sala 703 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ CEP: 22.250.040**
**www.loginlogistica.com.br**

LOGN3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA


## Relatório da Administração 2014 - Intermodalidade: Cabotagem - solução estrutural

Prezados Acionistas, A Diretoria da Log-In Logística Intermodal S.A. (Log-In), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014. Todas as informações apresentadas neste Relatório da Administração, exceto quando indicado de outra forma, são expressas em moeda corrente nacional (Reais ou R$) e estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS (*International Financial Reporting Standards*). ***Mensagem da Administração 2014 - Intermodalidade: Cabotagem - solução estrutural* - Ambiente de Negócios:** A recente greve dos caminhoneiros, fenômeno recorrente em nosso País, traz novamente à tona a recorrente discussão sobre a necessidade de não apenas realizar investimentos na infraestrutura do País mas, sobretudo, avaliar a distribuição da logística de transporte brasileira, fortemente concentrada no transporte rodoviário. Em um momento de cenário político e econômico delicado em que as empresas visualizam sua competividade comprometida, olhar para os principais problemas que envolvem sua logística de distribuição de abastecimento e expedição concentradas no modal rodoviário é tão fundamental quanto discutir a necessidade de uma mudança de cultura empresarial que valorize a intermodalidade. No meio empresarial, fica claro perceber que as empresas que optam por pulverizar suas escolhas em relação aos outros modais, são aquelas que possuem um planejamento logístico mais avançado e acabam colhendo benefícios desta escolha. Reconhecem que adequar as cargas ao modal correto tem a ver com a rentabilidade do negócio. O transporte por caminhões, por exemplo, é mais rentável quando utilizado em várias viagens curtas do que uma longa, quando o mais recomendável e competitivo seria utilizar a cabotagem - modal realizado por via marítima entre portos de um mesmo país complementado com transporte rodoviário de curta distância. Sobre a cabotagem, verificou-se, nos últimos anos, que o modal cresce acima do PIB nacional. De acordo com estudo do Instituto de Logística e Supply Chain (ILOS) de 2013, para cada 1% de crescimento no PIB, a movimentação de contêineres cheios na cabotagem cresce, em média, 3,5%, enquanto o setor de transporte como um todo alcança 1,5%. Adicionalmente a Cabotagem em comparação ao modal rodoviário proporciona uma redução de 65% na emissão de poluentes, é 8 vezes mais eficiente do ponto de vista de integridade das cargas transportadas e proporciona a redução de acidentes em 90% nas estradas. Por outro lado, embora o volume venha crescendo, a cabotagem ainda possui baixa representatividade na matriz de transporte brasileira, menos de 2% quando considerados apenas contêineres, o que evidencia o grande potencial do modal. E se considerarmos que existe, hoje, cerca de 6,5 contêineres equivalentes transportados pelo modal rodoviário que tem perfeita aderência à navegação de cabotagem fica evidente o potencial de crescimento. Em um cenário de mudança de cultura que volte os olhos para este outro modal, teríamos um movimento que permitiria a redução de custos logísticos da cadeia de transportes, eficiência ambiental e segurança para as cargas e estradas. E isto quando apenas citamos a cabotagem, fora os demais, como ferrovias e hidrovias que, se receberem também os investimentos e incentivos adequados, igualmente podem ajudar na versatilidade da malha viária brasileira. Números, estudos e intenções não faltam para sinalizar que a intermodalidade é o caminho viável para tornar mais eficiente a logística do Brasil. E se falamos em cabotagem - ela novamente - já é possível perceber o movimento de muitas empresas que estão migrando o transporte parcial ou total de suas mercadorias do modal rodoviário para as vias marítimas, principalmente em momentos de maior dificuldade econômica em que as empresas priorizam custos. Um exemplo dessa busca por outros modais mais competitivos é o caso das indústrias de Manaus/AM cuja rota Manaus-Santos apresentou crescimento expressivo nos últimos anos. Estudos do ILOS (Instituto de Logística e Supply Chain) indicam que, em 2010, o percentual que utilizava a cabotagem neste trecho era de 42%. Em 2013, este percentual passou para 55%. É um número que tende a crescer ainda mais já que, aproximadamente, 45% das empresas que já usam a cabotagem declararam que pretendem aumentar mais ainda a utilização do modal. O foco na cabotagem nesta introdução é para sinalizar a lição que podemos tirar do ocorrido com a greve dos caminhoneiros. Foi o momento de pararmos e nos darmos conta de que precisamos tratar de forma planejada e estruturada este que é um dos maiores entraves para a plena competitividade e desenvolvimento do país: o transporte e a infraestrutura do País. Se a cultura de utilização da intermodalidade fosse mais internalizada, retirando a sobrecarga do modal rodoviário, todos os agentes e a cadeia produtiva sofreriam menos com qualquer contratempo como o noticiado nas últimas semanas. ***Performance operacional e financeira:* Volumes - Navegação Contêiner:** No 4T14, a Navegação Costeira obteve novo recorde de volume, atingindo movimentação de 77,8 mil TEUs (Cabotagem, Mercosul e Feeder) e de 272,1 mil TEUs em 2014. O indicador de produção TEUxMilha apresentou alta de 35,9% no 4T14, saindo de 93,6 milhões no 4T13 para 127,3 milhões no 4T14. **Navegação Granel:** A movimentação de Granel feita pela Log-In, para a Alunorte, apresentou queda nos volumes transportados, alcançando 1.069,2 mil toneladas no 4T14, representando um recuo de 26,8% em relação ao 4T13, e 4.426,5 mil toneladas em 2014, representando uma queda de 16,3% comparado a 2013. Essa diminuição dos volumes transportados ocorreu exclusivamente pela programação operacional da Alunorte. O contrato entre as empresas prevê a movimentação de seis milhões de toneladas de bauxita por ano e condição de take or pay de 90%. **TVV:** No 4T14, o terminal atingiu 59,3 mil TEUs na movimentação de contêineres, representando um crescimento de 1,4% em relação ao 4T13 (queda de 6,6% na movimentação de contêineres cheios e aumento de 20,0% na movimentação de contêineres vazios) e de 2,4% em 2014 vis-a-vis 2013. No 4T14 os contêineres de importações diminuíram 2,0% enquanto as exportações se elevaram em 6,9%, em parte em função da desvalorização do Real frente ao Dólar Norte Americano. **EBITDA:** O EBITDA consolidado da Log-In atingiu R$ 48,1 milhões no 4T14, o que significa um crescimento de 137% em comparação ao 4T13. A margem EBITDA consolidada do trimestre foi de 17,4%. No ano de 2014, o EBITDA alcançou R$ 187,2 milhões e a margem EBITDA foi de 19,2%. **Receita Bruta:** No 4T14, a receita bruta totalizou R$ 312,4 milhões, valor superior em 23% ao apresentado no 4T13, quando atingiu R$ 253,1 milhões. O crescimento da receita se deve basicamente ao recorde de volume da navegação costeira, sendo ainda mais expressivo quando comparamos apenas a Cabotagem, onde os volumes atingiram 44,2 mil TEUs e o crescimento em relação ao mesmo trimestre do ano passado foi de 42,4%. Em 2014, a receita bruta da Companhia alcançou R$1.096,5 milhões (+20% 2014/2013). Também contribuiu para o aumento da receita, em relação ao ano de 2013, o incremento obtido com as operações de transporte de veículos entre o Brasil e a Argentina, utilizando-se do afretamento de navios Roll-on Roll-off que, no trimestre, atingiu R$ 26,4 milhões. Esse nicho de mercado é ainda um projeto embrionário que a Companhia vem explorando nos últimos meses e, em um futuro próximo, pretende introduzir o serviço de cabotagem de veículos no Brasil, o que possibilitará a redução de custos e aumento da eficiência logística para a indústria automobilística brasileira. **Custos:** Os custos totalizaram R$ 242,1 milhões no 4T14, 13,3% superior em relação ao 4T13. Desse montante total, R$ 53,8 milhões correspondem aos custos com afretamento de navios, incluindo os navios Roll-on Roll-off (R$ 26 milhões), contratados para o transporte de veículos no MERCOSUL. Como essa é uma operação nova que a Companhia está realizando, em 2013 esses custos não existiam para esse tipo de navio, o que justifica a elevação dessa linha de custos. Os custos de óleo combustíveis e gases encerrou o trimestre em R$ 27,6 milhões (-6,5% 4T14/4T13) já refletindo parcialmente os efeitos positivos da queda do bunker, apesar do aumento da capacidade na frota de navios dos serviços de navegação costeira, evidenciado no aumento em 16,9% nos custos de óleo combustíveis quando se compara o ano encerrado de 2014 vs. 2013. Os custos de serviços contratados também apresentaram crescimento, de 14,7%, em função do incremento de volumes da cabotagem. Cabe destacar que, em sua grande maioria, os custos variáveis unitários se mantiveram estáveis nos períodos comparativos. **Lucro Bruto:** O lucro bruto no 4T14 atingiu R$ 33,8 milhões, representando um crescimento de 144% em comparação ao 4T13, quando totalizou R$13,8 milhões. O melhor desempenho é reflexo do crescimento significativo nos volumes de cabotagem, da melhor taxa de ocupação dos navios e consequente maior diluição dos custos da companhia, que cresceram proporcionalmente menos que as receitas no 4T14. Em 2014 o lucro bruto atingiu R$ 75,5 milhões ante R$ 89,3 milhões em 2013. Ainda que o TVV tenha apresentado um melhor resultado e que os volumes da navegação de contêiner na cabotagem tenham apresentado uma trajetória ascendente, a queda de volumes do MERCOSUL e a adição de um navio no sistema no SCN com correspondente base adicional de custos fixos provocaram queda do lucro bruto no exercício de 2014 vis-à-vis 2013. **Receitas (Despesas) Operacionais:** No 4T14, as receitas (despesas) operacionais totalizaram R$ 2,0 milhões de despesas, contra R$ 9,0 milhões de despesas registradas no 4T13. As principais variações ocorreram nas linhas de provisões para despesas administrativas (+R$ 5,0 milhões vs 4T13), reversão provisões para contingências judiciais (-R$ 1,8 milhão s vs 4T13) e de reversão (constituição) de outras despesas (-R$ 12,1milhões vs 4T13). Em relação a 2014, o resultado das receitas (despesas) operacionais totalizou um valor positivo de R$ 47,2 milhões, comparativamente aos R$ 4,2 milhões apresentado em 2013, cuja variação se deve de forma relevante à maior receita de AFRMM e à recuperação de créditos tributários sobre receitas de importação e impostos no TVV no 2T14, que atingiu R$ 12,4 milhões. **Resultado Financeiro:** O resultado financeiro líquido no 4T14 foi negativo em R$ 86,8 milhões, impactado basicamente por R$ 58,9 milhões de despesas com variações cambiais e monetárias, R$ 44,0 milhões de despesas financeiras e de R$ 16,1 milhões de receitas financeiras. O montante das despesas de variações cambiais e monetárias (R$ 58,9 milhões) decorre, basicamente, do impacto da variação cambial sobre os financiamentos de longo prazo indexados a moeda norte americana dos navios em operação (R$ 23,7 milhões) e dos navios em construção (R$ 21,8 milhões) em face do CPC 20, R$ 13,6 milhões de operações de swap cambial incidentes sobre financiamentos de capital de giro e R$ 0,2 milhões de outras receitas de variação cambial. Cabe ressaltar que parcela substancial do impacto cambial é somente contábil e não caixa, pois os financiamentos para construção dos navios obtidos junto ao BNDES/FMM têm prazo total contratado de amortização de 20 anos; adicionalmente, há contratos e operações ativas, de longo prazo, com receitas denominadas em dólar. A Log-In obteve em 2014 receitas equivalentes em dólar americano na ordem de R$ 400,3 milhões de um total de faturamento bruto de R$ 910,7 milhões. O valor de R$ 400,3 milhões tem como componentes as linhas de feeder (R$ 38,2 milhões), mercosul (R$ 55,0 milhões), granel (R$ 147,8 milhões), veículos mercosul (R$ 97,7 milhões) e receitas acessórias do TVV (R$ 61,6 milhões), e que correspondem a 44% do faturamento bruto da Cia. Em 2014 a geração de receitas equivalentes em moeda estrangeira foram suficientes para suprir nossos custos e amortizações de empréstimos em dólar equivalentes. No 4T14 as despesas financeiras totalizaram R$ 44,0 milhões, sendo R$7,8 milhões sobre os financiamentos de embarcações junto ao FMM/BNDES, R$8,2 milhões das operações de capital de giro e investimentos correntes, R$6,5 milhões de operações de swap cambial incidentes sobre financiamentos de capital de giro e R$21,5 milhões de outras despesas financeiras dentre estas R$15,6 relativas a provisionamento para estimativas de perdas com operações hedge de bunker marcadas a mercado em 31/12/2014. As receitas financeiras totalizaram R$16,1 milhões no 4T14 compostas por R$15,1milhões de ganhos com operações de swap incidentes sobre financiamentos de capital de giro, R$0,5 milhão com aplicações financeiras e R$0,5 de outras receitas financeiras. **Resultado Líquido:** O resultado líquido consolidado no 4T14 foi negativo em R$ 64,4 milhões, em função principalmente do impacto negativo do resultado financeiro de R$ 86,8 milhões. O resultado líquido no acumulado do ano de 2014 foi negativo em R$ 84,2 milhões. **Plano de Investimentos:** Do plano de investimentos de R$ 1,3 bilhão, iniciado em 2007, foram previstos para 2014 desembolsos de R$ 129,3 milhões. No 4T14, foram executados R$ 28,8 milhões nos projetos de investimentos de capital. A maior parte dos investimentos se concentraram na construção dos três navios conteineiros, cujos investimentos no trimestre atingiram R$ 23,1 milhões, e R$ 4,1 milhões na construção do navio bauxiteiro, que está em fase final de acabamento. O valor de desembolso no projeto dos navios conteineiros foi inferior ao planejado devido aos atrasos na retomada das atividades do estaleiro EISA. Em relação aos desembolsos com investimentos correntes, no trimestre, totalizaram R$ 8,2 milhões. Ao longo do 4T14, a Log-In concluiu o termo aditivo contratual contendo cronograma atualizado da construção dos quatro navios, mediante as seguintes novas datas de entrega: 510 (out/15), 506 (ago/16), 507 (abr/17) e 508 (out/17). No mesmo aditivo foram inseridas novas cláusulas de medição do avanço das obras e condições de pagamento mediante avanço físico. Os valores adicionais de investimentos serão desembolsados conforme avanço físico das obras e serão objeto de pedido de suplementação de financiamento através dos recursos do FMM, tendo o BNDES como agente financeiro. A Log-In, dado o aceite do novo cronograma de construção, por meio de instrumentos jurídicos, manteve o seu direito às multas contratuais, por parte do EISA, que poderão ser exigidas em razão de descumprimento das obrigações de entrega das embarcações, nos novos prazos, pelo estaleiro. A Log-In entende que a efetivação do aditivo com o estaleiro EISA proporcionará retomada do ritmo contratual do projeto de construção, com horizonte realista e factível de conclusão. Conforme detalhamento abaixo do avanço físico das obras, nota-se que o estaleiro EISA, tem conseguido atender o percentual de obras contratual, e já no mês de fevereiro/2015 superou a expectativas. **Endividamento:** A Companhia mantém um balanço com uma estruturação de dívida de prazo médio superior a 18 anos com baixo custo, e uma posição em caixa de cerca de R$ 15,4 milhões. Em 31 de dezembro de 2014, a dívida total da Log-In somava R$ 1.420,5 milhões, sendo que, desse montante, R$ 976,0 milhões referem-se ao Projeto de Construção Naval com recursos do Fundo de Marinha Mercante - FMM, repassados através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDES. Além dos financiamentos expansão e modernização do TVV (R$ 12,6 milhões), do TERCAM (R$ 7,1 milhões), e do Terminal de Paulínia (R$ 5,8 milhões), além de investimentos correntes (R$ 82,7 milhões) e capital de giro destinados ao financiamento das operações comerciais e ao período intermediário do desembolso para as obras de construção naval e a liberação dos recursos do FMM através do BNDES (R$ 336,3 milhões). Em função da reduzida evolução física das obras dos navios em construção no estaleiro EISA, as liberações de financiamento do BNDES/FMM foram impactadas desde o início de 2013, mas em especial à partir do 4T13; de out/13 à dez/14 a Log-In não recebeu nenhuma liberação de financiamento BNDES/FMM. A partir da assinatura do termo aditivo aos contratos de construção de navios sob encomenda junto ao Estaleiro Ilha S/A "EISA" em 27 de novembro de 2014, os processos de solicitação de liberações de financiamento do BNDES/FMM se normalizaram e em jan/15 a Log-In voltou a receber valores e ao longo de 2015 estimamos reduzir substancialmente os montantes de capital giro mediante liberações do BNDES/FMM. **Cenário Competitivo para 2015:** O cenário de crise econômica, alta do preço do óleo diesel, aprovação da "Lei dos Caminhoneiros" e a crescente rigidez regulatória do modal rodoviário, proporcionam a cabotagem boas expectativas para 2015. Nosso entusiasmo de crescimento de volumes acontece lado a lado da forte queda do preço internacional do petróleo, referencial para o preço do bunker (combustível utilizado nos navios de Cabotagem no Brasil). Esse contexto torna a cabotagem uma forma de logística mais competitiva e atrativa. O modal já oferece custos eficientes, maior segurança, menores avarias e emissões de poluentes. Com a desaceleração econômica, as empresas procuram não apenas reduzir os gastos, mas também otimizar suas operações, incluindo, dessa forma, a logística. Esta reavaliação de processos logísticos beneficia a Cabotagem e abre oportunidades ainda maiores para aceleração da conversão do rodoviário de longa distância. Também é conhecido que os custos das transportadoras rodoviárias encontram-se em patamares insustentáveis, com intensa pressão de aumento de preços junto às indústrias, para o repasse do crescimento do valor de seus insumos, já a cabotagem tem uma matriz definida e estável de custos, devido aos massivos investimentos na renovação da frota de navios nos últimos anos. ***Responsabilidade Social e Saúde, Meio Ambiente e Segurança:*** Em 2014 foram desenvolvidas diversas campanhas internas buscando a conscientização das equipes para as questões relacionadas à saúde, segurança e ao meio ambiente. No TVV – Terminal de Vila Velha, localizado no Espírito Santo, foram realizadas atividades de desenvolvimento e conscientização envolvendo também a comunidade localizada no seu entorno. Com foco na conscientização dos empregados sobre a questão de segurança no trabalho, a SIPAT – Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho, aconteceu em 2014 nas unidades do TVV, no Rio de Janeiro, em São Paulo e a bordo dos nossos navios. Vários temas e atividades relacionadas às atitudes que contribuem para aumentar a segurança das nossas equipes foram desenvolvidos nestas unidades. ***Governança Corporativa:*** As ações da Log-In são listadas no Novo Mercado da Bovespa, portanto a Companhia tem compromisso de busca permanentemente do aprimoramento de suas práticas de Governança Corporativa e do seu relacionamento com acionistas, clientes, fornecedores, órgãos públicos e empregados, além das demais partes envolvidas com os seus negócios, visando a maximização do valor e a perenidade da empresa. ***Auditores Independentes:*** Ernst & Young Auditores Independentes foi contratada pela Log-In para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Esta empresa de auditoria não prestou, em 2014, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% do total de honorários recebidos por esse serviço. ***Agradecimentos:*** A Administração da Log-In agradece o apoio de seus acionistas, empregados, colaboradores, clientes, fornecedores e instituições financeiras, e a dedicação de todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para a gestão no exercício de 2014.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2015.

**A Administração**

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais)

| ATIVO | Nota Explicativa | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 | Controladora 2014 | Controladora 2013 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 15.360 | 82.468 | 6.742 | 40.299 |
| Contas a receber de clientes | 7 | 168.709 | 143.207 | 148.857 | 125.773 |
| Partes relacionadas | 8 | - | 2.913 | 4.568 | 12.895 |
| Estoques | | 14.735 | 11.173 | 12.050 | 9.395 |
| Seguros a receber | | 1.704 | 1.364 | 1.337 | 1.206 |
| Adiantamentos a fornecedores e agentes multimodais | | 1.704 | 937 | 537 | 698 |
| Tributos a recuperar ou compensar | 9 | 39.149 | 25.286 | 15.690 | 16.050 |
| Fundo da Marinha Mercante-AFRMM | 5 | 168.141 | 93.472 | 168.141 | 93.472 |
| Despesas antecipadas | | 6.263 | 3.074 | 4.914 | 2.525 |
| Outros ativos circulantes | | 5.603 | 2.510 | 5.198 | 2.089 |
| Total do ativo circulante | | 421.368 | 366.404 | 368.034 | 304.402 |
| **Não circulante** | | | | | |
| Contas a receber de clientes | 7,8 | 11.194 | - | - | - |
| Partes relacionadas | 8 | - | 16.108 | - | - |
| Tributos a recuperar ou compensar | 9 | 5.894 | 13.075 | 5.894 | 13.075 |
| Fundo da Marinha Mercante-AFRMM a aplicar | 5 | - | 30.733 | - | 30.733 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 10 | 160.654 | 186.261 | 153.996 | 176.989 |
| Depósitos judiciais | 16 | 35.048 | 29.448 | 32.270 | 27.512 |
| Ganhos não realizados com instrumentos financeiros | 13, 22 | 19.523 | - | 15.298 | - |
| Outros ativos não circulantes | | 1.252 | 3.017 | 1.239 | 3.004 |
| Investimentos | 11 | 5 | 5 | 231.204 | 224.857 |
| Imobilizado | 12 | 1.442.401 | 1.349.232 | 1.219.860 | 1.116.130 |
| Intangível | 12 | 35.911 | 65.670 | 23.843 | 52.089 |
| Total do ativo não circulante | | 1.711.882 | 1.693.549 | 1.683.604 | 1.644.389 |
| **Total do ativo** | | 2.133.250 | 2.059.953 | 2.051.638 | 1.948.791 |

| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Nota Explicativa | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 | Controladora 2014 | Controladora 2013 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | | | |
| Parcela do circulante dos financiamentos e empréstimos de longo prazo | 13 | 235.544 | 140.383 | 211.581 | 130.247 |
| Fornecedores | 14 | 94.934 | 50.453 | 80.170 | 39.249 |
| Salários e encargos sociais | | 8.820 | 9.846 | 5.884 | 6.527 |
| Partes relacionadas | 8 | - | 3.870 | 3.848 | 6.357 |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | | 1.618 | 4.063 | - | - |
| Impostos e contribuições a recolher | | 6.759 | 4.999 | 5.435 | 3.627 |
| Credores por adiantamento | | 1.123 | 1.418 | - | - |
| Fundo da Marinha Mercante-AFRMM | 5 | 350 | 43 | 350 | 43 |
| Provisões operacionais | 15 | 31.543 | 42.387 | 31.011 | 40.665 |
| Obrigações com concessão de exploração portuária | | 1.186 | 1.186 | - | - |
| Outros passivos circulantes | | 32.640 | 13.999 | 29.856 | 10.942 |
| Total do passivo circulante | | 414.517 | 272.647 | 368.135 | 237.657 |
| **Não circulante** | | | | | |
| Financiamentos e empréstimos | 13 | 1.187.483 | 1.152.907 | 1.154.919 | 1.112.725 |
| Obricações com instrumentos financeiros | 13, 22 | 19.523 | - | 15.298 | - |
| Fornecedores | 14 | 1.186 | 1.760 | - | - |
| Partes relacionadas | 8 | - | - | 26.992 | - |
| Provisões para contingências | 16 | 27.686 | 29.052 | 9.513 | 3.120 |
| Obrigações com concessão de exploração portuária | | 5.968 | 8.210 | - | - |
| Fundo da Marinha Mercante-AFRMM a aplicar | 5 | - | 30.733 | - | 30.733 |
| Provisões operacionais | 15 | 1.246 | 4.600 | 1.246 | 4.599 |
| Outros passivos não circulantes | | 3.727 | 3.727 | 3.727 | 3.727 |
| Total do passivo não circulante | | 1.246.819 | 1.230.989 | 1.211.695 | 1.154.904 |
| **Patrimônio líquido** | 17 | | | | |
| Capital social | | 600.000 | 527.000 | 600.000 | 527.000 |
| Ações em tesouraria | | (50.922) | (50.922) | (50.922) | (50.922) |
| Reservas de lucros | | 6.310 | 80.263 | 6.310 | 80.263 |
| Prejuízo acumulado | | (83.281) | - | (83.281) | - |
| Ajustes acumulados de conversão | | (299) | (111) | (299) | (111) |
| Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores | | 471.808 | 556.230 | 471.808 | 556.230 |
| Participações de acionistas não controladores | | 106 | 87 | - | - |
| | | 471.914 | 556.317 | 471.808 | 556.230 |
| **Total do passivo e do patrimônio líquido** | | 2.133.250 | 2.059.953 | 2.051.638 | 1.948.791 |

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

| | Nota explicativa | 2014 | 2013 |
|---|---|---|---|
| **Receita operacional líquida** | 23 | 974.322 | 810.667 |
| **Custo dos fretes e serviços** | 24 | (898.800) | (721.398) |
| **Lubro bruto** | | 75.522 | 89.269 |
| **Receitas (despesas) operacionais:** | 25 | | |
| Administrativas e comerciais | | (59.925) | (58.964) |
| Reversão (constituição) de provisões para contingências trabalhistas, cíveis e fiscais | | (37) | 908 |
| Recursos com subvenção-AFRMM aplicados | 5 | 91.646 | 79.115 |
| Perda com alienação de bens e participação societária | | (164) | (6.592) |
| Outras receitas (despesas) operacionais líquidas | | 15.643 | (10.929) |
| | | 47.163 | 4.238 |
| **Lucro operacional antes do resultado financeiro líquido** | | 122.685 | 93.507 |
| **Resultado financeiro líquido:** | 26 | | |
| Receitas financeiras | | 46.531 | 21.074 |
| Despesas financeiras | | (120.487) | (69.584) |
| Variações monetárias e cambiais, líquidas | | (87.557) | (69.005) |
| | | (161.513) | (117.515) |
| Participação nos prejuízos de coligada | 11 | - | (96) |
| **Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social** | | (38.828) | (24.104) |
| **Imposto de renda e contribuição social** | 10 | | |
| Correntes | | (19.755) | (16.329) |
| Diferidos | | (25.606) | 47.000 |
| | | (45.361) | 30.671 |
| **Lucro (prejuízo) do exercício** | | (84.189) | 6.567 |
| **Lucro (prejuízo) atribuível a:** | | | |
| Acionistas da controladora | 18 | (84.234) | 6.642 |
| Acionistas não controladores | | 45 | (75) |
| | | (84.189) | 6.567 |
| **Lucro (prejuízo) por ação:** | 18 | | |
| Básico (centavos por ação) | | (0,98) | 0,08 |
| Diluído (centavos por ação) | | (0,98) | 0,08 |

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADORA REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

| | Nota explicativa | 2014 | 2013 |
|---|---|---|---|
| **Receita operacional líquida** | 23 | 807.565 | 648.369 |
| **Custo dos fretes e serviços** | 24 | (775.143) | (603.504) |
| **Lucro bruto** | | 32.422 | 44.865 |
| **Receitas (despesas) operacionais:** | 25 | | |
| Administrativas e comerciais | | (54.051) | (53.926) |
| Reversão (constituição) de provisões para contingências trabalhistas, cíveis e fiscais | | (5.287) | 7.221 |
| Recursos com subvenção-AFRMM aplicados | 5 | 91.646 | 79.115 |
| Perda com alienação de bens e participação societária | | - | (6.592) |
| Outras despesas operacionais líquidas | | 564 | (9.334) |
| Participação nos lucros de controladas e coligada | 11 | 39.133 | 20.263 |
| | | 72.005 | 36.747 |
| **Lucro operacional antes do resultado financeiro líquido** | | 104.427 | 81.612 |
| **Resultado financeiro líquido:** | 26 | | |
| Receitas financeiras | | 35.364 | 20.650 |
| Despesas financeiras | | (112.990) | (65.223) |
| Variações monetárias e cambiais, líquidas | | (88.042) | (72.411) |
| | | (165.668) | (116.984) |
| **Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social** | | (61.241) | (35.372) |
| **Imposto de renda e contribuição social** | 10 | | |
| Diferidos | | (22.993) | 42.014 |
| | | (22.993) | 42.014 |
| **Lucro (prejuízo) do exercício** | 18 | (84.234) | 6.642 |
| **Lucro (prejuízo) por ação:** | 18 | | |
| Básico (centavos por ação) | | (0,98) | 0,08 |
| Diluído (centavos por ação) | | (0,98) | 0,08 |

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais)

| | Nota explicativa | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 | Controladora 2014 | Controladora 2013 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Resultados abrangentes estão representados abaixo:** | | | | | |
| Lucro (Prejuízo) do exercício | | (84.189) | 6.567 | (84.234) | 6.642 |
| Outros resultados abrangentes: | | | | | |
| Ajustes de conversão de controladas no exterior | 11 | (214) | 810 | (188) | 58 |
| **Resultado abrangente total do exercício** | | (84.403) | 7.377 | (84.422) | 6.700 |
| **Resultado abrangente total atribuído a:** | | | | | |
| Acionistas da controladora | | (84.422) | 6.700 | (84.422) | 6.700 |
| Acionistas não controladores | | 19 | 677 | - | - |
| **Total do resultado abrangente do exercício** | | (84.403) | 7.377 | (84.422) | 6.700 |

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais)

| | Capital social | Ações em tesouraria | Reservas de lucros: Reserva de incentivos de AFRMM | Reservas de lucros: Reserva legal | Reservas de lucros: Reserva de Investimentos | Reservas de lucros: Reserva especial | Lucros (prejuízos) acumulados | Ajustes acumulados de conversão | Total atribuível a acionistas da controladora (BR GAAP) | Participações não controladores | Total Consolidado (IFRS e BR GAAP) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Saldos em 1 de janeiro de 2013 | 527.000 | (50.922) | 22.843 | 21.633 | 25.428 | 3.717 | - | (169) | 549.530 | (590) | 548.940 |
| Lucro do exercício | - | - | - | - | - | - | 6.642 | - | 6.642 | (75) | 6.567 |
| Constituição de reserva de incentivos e de reserva legal | - | - | 6.310 | 332 | - | - | (6.642) | - | - | - | - |
| Ajuste de conversão de investimentos em controladas no exterior | - | - | - | - | - | - | - | 58 | 58 | 752 | 810 |
| Saldos em 31 de dezembro 2013 | 527.000 | (50.922) | 29.153 | 21.965 | 25.428 | 3.717 | - | (111) | 556.230 | 87 | 556.317 |
| Saldos em 1 de janeiro de 2014 | 527.000 | (50.922) | 29.153 | 21.965 | 25.428 | 3.717 | - | (111) | 556.230 | 87 | 556.317 |
| Capitalização de reservas - AGO/AGE de 28.04.2014 | 73.000 | - | (22.843) | (21.633) | (24.807) | (3.717) | - | - | - | - | - |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | - | - | - | (84.234) | - | (84.234) | 45 | (84.189) |
| Absorção parcial de prejuízo do exercício com reservas de lucro | - | - | - | (332) | (621) | - | 953 | - | - | - | - |
| Ajuste de conversão de investimentos em controladas no exterior | - | - | - | - | - | - | - | (188) | (188) | (26) | (214) |
| Saldos em 31 de dezembro 2014 | 600.000 | (50.922) | 6.310 | - | - | - | (83.281) | (299) | 471.808 | 106 | 471.914 |

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais)

| | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 | Controladora 2014 | Controladora 2013 |
|---|---|---|---|---|
| Fluxos de caixa das operações: | | | | |
| Lucro (prejuízo) do exercício | (84.189) | 6.567 | (84.234) | 6.642 |
| Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais: | | | | |
| Participação nos lucros (prejuízos) de controladas | - | 96 | (39.133) | (20.263) |
| Depreciação e amortização | 64.508 | 59.049 | 44.967 | 41.760 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 25.606 | (47.000) | 22.993 | (42.014) |
| Provisão para contingências trabalhistas, cíveis e fiscais | 37 | 1.019 | 5.287 | (6.996) |
| Perda de participação na alienação de investimentos | - | 6.991 | - | 6.991 |
| Provisões operacionais | (13.007) | 10.303 | (13.007) | 5.437 |
| Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas | 138.066 | 115.363 | 142.145 | 114.782 |
| Desmobilização de ativos | (2.830) | 300 | (3.008) | 299 |
| AFRMM apropriado no período, líquido da parcela ressarcida pelo FMM | (74.362) | (55.504) | (74.362) | (55.504) |
| Outros | 5.484 | (1.146) | 3.820 | 520 |
| | 59.313 | 96.038 | 5.468 | 51.654 |
| Redução (aumento) nos ativos: | | | | |
| Contas a receber e partes relacionadas | (28.499) | (50.673) | (23.762) | (44.624) |
| Estoques | (3.562) | (3.851) | (2.655) | (4.091) |
| Tributos a recuperar | (2.597) | (1.768) | 7.541 | 2.706 |
| Adiantamentos a fornecedores e agentes multimodais | (767) | (90) | 161 | 33 |
| Seguros a receber | (340) | 3.522 | (131) | 3.521 |
| Outros | (4.366) | 7.598 | (3.582) | 7.211 |
| | (40.131) | (45.262) | (22.428) | (35.244) |
| Aumento (redução) nos passivos: | | | | |
| Contas a pagar e partes relacionadas | 41.656 | (4.233) | 34.087 | (1.355) |
| Salários e encargos sociais | (9.781) | (1.639) | (9.398) | (1.812) |
| Tributos e contribuições | (591) | (998) | 1.808 | (3.100) |
| Adiantamentos a fornecedores e a agentes multimodais | (295) | (2.398) | 12 | (2.171) |
| Concessões portuárias e outros | 27.541 | 6.780 | 30.061 | 4.068 |
| | 58.530 | (2.488) | 56.570 | (4.370) |
| Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais | 77.712 | 48.288 | 39.610 | 12.040 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos: | | | | |
| Depósitos e garantias | (3.822) | 674 | (3.515) | 843 |
| Adições ao imobilizado e intangível | (108.475) | (115.830) | (100.832) | (104.314) |
| Adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) | - | - | - | (1.358) |
| Redução de investimentos | - | - | 5.670 | - |
| Alienação de investimento e de bens do ativo fixo | - | 5.000 | - | 5.000 |
| Dividendos e JCP recebidos | - | - | 33.693 | 28.566 |
| Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimentos | (112.297) | (110.156) | (64.984) | (71.263) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamentos: | | | | |
| Empréstimos e financiamentos obtidos | 203.671 | 339.499 | 188.786 | 304.370 |
| Empréstimos e financiamentos obtidos empresa ligada | - | - | 23.500 | - |
| Pagamento de emprestimos (mútuos) a empresa ligada | - | (613) | - | (187) |
| Pagamento de principal e encargos sobre financiamentos | (236.615) | (304.744) | (220.469) | (300.842) |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos | 421 | 492 | - | - |
| Recursos líquidos provenientes das (aplicados nas) atividades de financiamentos | (32.523) | 34.634 | (8.183) | 3.341 |
| Redução no caixa e equivalentes | (67.108) | (27.234) | (33.557) | (55.882) |
| Caixa e equivalentes no início do exercício | 82.468 | 109.702 | 40.299 | 96.181 |
| Caixa e equivalentes no final do exercício | 15.360 | 82.468 | 6.742 | 40.299 |
| Pagamentos efetuados durante o exercício por: | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social | (13.929) | (14.320) | - | (2.352) |
| Juros e variações cambiais de financiamentos | (85.124) | (57.618) | (79.630) | (56.375) |
| Transações que não envolveram caixa: | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social compensados | (7.732) | (2.528) | - | (1.422) |
| Juros e variações cambiais capitalizados | 19.021 | 23.601 | 19.021 | 23.601 |

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais)

| | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 | Controladora 2014 | Controladora 2013 |
|---|---|---|---|---|
| Geração do valor adicionado | | | | |
| Receita gerada: | 1.091.773 | 909.811 | 910.991 | 729.756 |
| Receita de fretes e serviços prestados | 1.096.522 | 910.665 | 914.077 | 730.276 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (4.749) | (854) | (3.086) | (520) |
| Insumos aplicados na geração da receita de serviços (redução): | (451.473) | (435.747) | (412.951) | (364.884) |
| Serviços contratados | (398.907) | (355.874) | (351.111) | (306.793) |
| Materiais | (11.348) | (10.851) | (8.056) | (7.623) |
| Óleo combustíveis e gases | (117.457) | (100.465) | (115.666) | (98.797) |
| Reversão (constituição) de provisões para contingências trabalhistas, cíveis e fiscais | (37) | 908 | (5.287) | 7.221 |
| Outras receitas, líquido | 76.276 | 30.535 | 67.169 | 41.108 |
| Valor adicionado bruto | 640.300 | 474.064 | 498.040 | 364.872 |
| Depreciação e amortização | (64.508) | (59.049) | (44.967) | (41.760) |
| Valor adicionado líquido | 575.792 | 415.015 | 453.073 | 323.112 |
| Valor adicionado recebido por transferência: | 55.372 | 25.870 | 77.470 | 43.445 |
| Resultado de equivalência patrimonial | - | (96) | 39.133 | 20.263 |
| Receitas financeiras | 55.372 | 25.966 | 38.337 | 23.182 |
| Valor adicionado total a distribuir | 631.164 | 440.885 | 530.543 | 366.557 |
| Distribuição do valor adicionado | | | | |
| Empregados: | 121.010 | 103.759 | 83.984 | 70.711 |
| Remuneração | 92.191 | 76.866 | 64.032 | 52.122 |
| Benefícios | 23.216 | 21.629 | 16.096 | 14.912 |
| Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS | 5.603 | 5.264 | 3.856 | 3.677 |
| Governo: | 180.710 | 85.898 | 141.597 | 55.749 |
| Federal | 129.901 | 47.064 | 100.321 | 26.294 |
| Estadual | 40.609 | 29.071 | 40.419 | 28.728 |
| Municipal | 10.200 | 9.763 | 857 | 727 |
| Remuneração de capitais de terceiros: | 413.633 | 244.661 | 389.196 | 233.455 |
| Despesas financeiras | 215.077 | 138.889 | 202.261 | 135.596 |
| Locações e arrendamentos | 198.556 | 105.772 | 186.935 | 97.859 |
| Remuneração de capitais próprios: | (84.189) | 6.567 | (84.234) | 6.642 |
| Lucro (Prejuízo) do exercício | (84.234) | 6.642 | (84.234) | 6.642 |
| Participação de acionistas não controladores | 45 | (75) | - | - |
| Valor adicionado total distribuído | 631.164 | 440.885 | 530.543 | 366.557 |

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto valores por ação)

**1. Contexto operacional:** A Log-In Logística Intermodal S.A., (a "Log-In" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, 501, s/703, Botafogo, Estado do Rio de Janeiro, e está registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na bolsa de valores de São Paulo (BM&FBOVESPA). A Log-In e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo") são uma operadora logística que tem como objeto principal o comércio de serviços marítimo de cabotagem, longo curso (MERCOSUR) e fluvial no transporte de cargas em geral; operar terminais terrestres e portuários. A Companhia oferece soluções integradas (*one stop shop*), para movimentação portuária e transporte de contêineres porta-a-porta, por meio marítimo, complementado pela ponta rodoviária, bem como pela armazenagem de carga através de terminais intermodais terrestres, além de transporte marítimo de granel. As controladas da Companhia em 31 de dezembro de 2014 são:

| Controladas e coligada: | % de participação e de capital votante | Sede da entidade | Atividade principal |
|---|---|---|---|
| TVV-Terminal de Vila Velha S.A. | 99,90 | Brasil | Portuária e armazenagem |
| Log-In Mercosur S.R.L. | 94,00 | Argentina | Apoio portuário |
| Log-In International GmbH | 100,00 | Áustria | Logística |
| Log-In Intermodal Del Uruguay S.A. | 100,00 | Uruguai | Apoio portuário |

A Companhia possui cinco navios próprios em operação e mais quatro navios em construção junto a estaleiro brasileiro. A Companhia detém o controle acionário do Terminal de Vila Velha S.A. – TVV, o qual possui o contrato de concessão dos berços 203, 204 e 205 do Cais de Capuaba no porto de Vitória – ES para a exploração portuária, por um período de 25 anos, iniciado em 10 de setembro de 1998, que poderá ser prorrogado, de comum acordo, por prazo igual ao originalmente contratado. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em reunião de 18 de março de 2015. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** A base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são as seguintes: **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. (a) Demonstrações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). (b) Demonstrações financeiras individuais da controladora: As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Com a emissão do pronunciamento IAS 27 *(Separate Financial Statements)* revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício. **2.2. Consolidação:** Incluem na elaboração da consolidação as operações da Companhia e das suas empresas controladas (Nota 1). a) Controladas: Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. b) Transações com participações de não controladores: A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. **3. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário. **3.1 Conversão de moeda estrangeira:** a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em "R$", que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. b) Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Variações monetárias e cambiais" no Resultado financeiro. c) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente: Os resultados e a posição financeira de todas as entidades da Companhia (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue: i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço. ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio média mensal a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações. iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de acumulados de conversão". **3.2 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa abordo de embarcações, fundo rotativo, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **3.3 Ativos financeiros: 3.3.1 Classificação:** O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. a) Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber de clientes e de partes relacionadas", "Fundo da Marinha Mercante – AFRMM" e "Seguros a receber". b) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui derivativos com operações de *bunker* e *swap,* conforme reportado na Nota 22. **3.3.2 Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no Resultado Financeiro. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.3.3 Impairment de ativos financeiros:** Ativos mensurados ao custo amortizado: A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria; iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; • condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **3.4 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. O Grupo não adota a contabilidade de hedge accounting. Os valores justos dos vários instrumentos derivativos usados para fins de *hegde* estão divulgados na Nota 22.4. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hegde* for superior a doze meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a doze meses. Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização do *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas) líquidos", quando for o caso. **3.5 Contas a receber de clientes:** Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*). **3.6 Adiantamentos a fornecedores e agentes multimodais, e de credores por adiantamento:** Adiantamentos a fornecedores e agentes multimodais representam os valores a receber decorrentes dos adiantamentos e encontros de contas, no atendimento das embarcações e do modal rodoviário em operação pela Companhia, para posterior liquidação. Credores por adiantamento representam os valores recebidos pela Companhia, pagos pelos clientes por força contratual, a título de antecipação de serviços de transportes ainda não realizados. São incluídos também nessa rubrica os adiantamentos efetuados a agentes relativos à prestação de serviços portuários e rodoviários da Companhia. **3.7 Estoques:** Os estoques representam os combustíveis a bordo das embarcações e materiais de consumo aplicado na prestação das atividades operacionais da Companhia. São avaliados pelo custo médio de aquisição, que não ultrapassa o seu valor líquido realizável. **3.8 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, e os encargos relativos aos financiamentos para construção de embarcações são capitalizados durante o período de construção das respectivas embarcações, ajustados pelo efeito da aplicação do CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos, quando for o caso. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, e quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Os custos de reparos e manutenções, exceto de docagem que são capitalizados e amortizados em cinco anos, são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. A depreciação do ativo imobilizado é realizada pela vida útil estimada de cada bem, sendo utilizadas as taxas de depreciação relacionadas abaixo:

| Descrição | Taxa anual de depreciação | Vida útil estimada (ano) |
|---|---|---|
| Embarcações (navios) | 5% | 20 |
| Edificações e instalações | 2% a 10% | 10 |
| Máquinas e equipamentos | 7% | 10 - 15 |
| Móveis e utensílios e benfeitorias em imóveis locados de terceiros | 10% | 10 |
| Equipamentos de processamentos de dados veículos, benfeitorias em embarcações próprias e de terceiros e outros bens | 20% | 5 |

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. **3.9 Intangível:** No ativo intangível são registrados os gastos com aquisição de softwares e marcas e patentes registrados ao custo, deduzidos das amortizações acumuladas e perda por redução ao valor recuperável quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

| Descrição | Taxa anual de depreciação | Vida útil estimada (ano) |
|---|---|---|
| Softwares | 20% | 5 |
| Concessões portuárias | 4% | 25 |

As concessões de serviço público, decorrente do contrato de exploração portuária da controlada TVV são registradas como intangível. As amortizações são reconhecidas pelo método linear no resultado baseando-se no prazo de concessão conforme estipulado em contrato. **3.10 *Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. **3.11 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. **3.12 Contas a pagar a fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, quando aplicável. **3.13 Provisões operacionais:** As provisões referem-se às estimativas de gastos operacionais, compostas basicamente por provisões para custos portuários (navegação), rodoviários e outros gastos operacionais, bem como para gastos extraordinários com desmobilização de ativos. As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. **3.14 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **3.15 Plano complementar de aposentadoria – Plano misto benefício VALE MAIS:** A Companhia proporciona a seus empregados benefícios que englobam plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA. No plano de contribuição definida a Companhia faz contribuições fixas à VALIA e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com serviço do empregado no período corrente e anterior. **3.16 Remuneração com base em ações da Companhia:** Os planos de remuneração baseado em ações para empregados da Companhia são mensurados periodicamente pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio. O prêmio é pago em dinheiro, ao final de três anos, quando atingido alguns critérios e metas, de acordo com os referidos planos. A Companhia constitui o passivo de seus planos à medida que os serviços são prestados pelos empregados elegíveis (*vest period*). As obrigações do plano são registradas no passivo não circulante em contrapartida ao resultado. **3.17 Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM:** O benefício do AFRMM aplicável às empresas de navegação marítima encontra-se descrito na Nota nº 5. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita subvencionada na demonstração do resultado, a contrapartida do benefício registrado no ativo é registrada em conta específica do passivo da Companhia. O benefício do AFRMM é reconhecido no ativo e passivo circulantes quando da liberação para a conta vinculada dos recursos a receber do Fundo da Marinha Mercante-FMM, bem como os valores a receber do FMM referentes às amortizações de financiamentos efetuados com recursos próprios da Companhia. Os valores de AFRMM registrados no passivo são reconhecidos no resultado quando da amortização dos financiamentos à medida que ocorre o cumprimento das obrigações previstas na

legislação específica (Nota 13). Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os valores aplicados foram utilizados para a amortização de parcelas de financiamentos obtidos junto FMM para a aquisição de embarcações. **3.18 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. Quando alguma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. **3.19 Receitas com prestação de serviços intermodais:** As receitas com prestações de serviços intermodais são mensuradas pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções, quando aplicável, e reconhecidas no resultado em conformidade com a respectiva prestação de serviços. As receitas provenientes de transporte marítimo de carga geral (graneleiro) são reconhecidas no resultado quando do encerramento de cada viagem, bem como os custos correspondentes. **3.20 Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento. **3.21 Arrendamentos:** Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais (aluguel de embarcações) e, nesse caso, os bens não são ativados. A despesa de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão. **3.22 Informações por segmento:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. A atividade empresarial (segmento) da Companhia é centrada em logística intermodal. Com vistas a proporcionar a intermodalidade aos clientes (solução de transporte porta-a-porta), a Companhia disponibiliza serviços de transportes marítimos, rodoviários de curta distância, terminais terrestres, terminais portuários e armazenagem. Os ativos da Companhia atuam de forma integrada, sendo seus resultados interligados e interdependentes. A Administração da Companhia tem como base para tomada de decisões a intermodalidade dos seus serviços, considerando como um único segmento. **3.23 Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, como parte das demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS. **3.24 Normas novas, alterações e interpretações de normas:** As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). • IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. • A IFRS 14 – "Contas regulatórias diferidas" é uma norma opcional que permite a uma entidade cujas atividades estão sujeitas a regulação de tarifas continuar aplicando a maior parte de suas políticas contábeis para saldos de contas regulatórias diferidas no momento da primeira adoção das IFRS. As entidades que adotam a IFRS 14 devem apresentar contas regulatórias diferidas como rubricas em separado no balanço patrimonial e apresentar movimentações nesses saldos contábeis como rubricas em separado no balanço patrimonial e outros resultados abrangentes. A norma exige divulgações sobre a natureza e os riscos associados com a regulação de tarifas da entidade e os efeitos dessa regulação sobre as demonstrações financeiras. A IFRS 14 está em vigor para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data. Essa norma não seria aplicável, pois o Grupo elabora suas demonstrações financeiras com base nas IFRS em vigência. • IFRS 15 – "Receita de contratos com clientes", em maio de 2014, o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15. De acordo com este pronunciamento, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. Os princípios na IRFS 15 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita, cuja adoção e aplicação é exigida para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2017. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 15 e não espera ter impactos na adoção desta norma em suas demonstrações financeiras. • IFRS 19 – "Planos de Benefícios Definidos: Contribuições por parte do Empregado" – a IAS 19 exige que uma entidade considere contribuições por empregados ou terceiros ao contabilizar planos de benefícios definidos. Sempre que as contribuições estiverem ligadas a serviços, devem ser atribuídas a períodos de serviços como um benefício negativo. Essas alterações esclarecem que, se o valor das contribuições for independente da quantidade de anos de serviço, permite-se que uma entidade reconheça essas contribuições como redução no custo de serviço no período em que o serviço é prestado, em vez de alocar as contribuições aos períodos de serviço. Essa alteração está em vigor para períodos anuais que se iniciam em 1º de julho de 2014 ou após essa data. Não se espera que essa alteração seja pertinente ao Grupo, uma vez que nenhuma das entidades no Grupo possui planos de benefício definido com contribuições feitas por empregados ou terceiros. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo. **4. Julgamentos críticos na aplicação das práticas contábeis e fontes de incertezas nas estimativas:** Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada período de relatório: **4.1 Vida útil dos bens do imobilizado:** Conforme descrito na nota explicativa nº 3.8, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. Durante o período corrente, a Administração estabeleceu que a vida útil de suas embarcações próprias se mantém inalterada, em decorrência da atual idade das mesmas, das perspectivas de suas operacionalidades normais e da manutenção das mesmas até o fim da vida útil atual estimada, que é de vinte anos. **4.2 Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais:** É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é efetuada pela Administração, suportada pelo julgamento dos seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis. **4.3 Redução ao valor recuperável de ativos:** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda e, se houver essa avaliação, será feita com menor periodicidade, dentro de cada período. **4.4 Estimativas do valor justo:** O Grupo aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1). • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2). • inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado ( ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3). **5. Legislação aplicável às companhias de navegação:** O AFRMM é um benefício disponível para todas as empresas brasileiras de navegação, que operam com embarcação própria ou fretada, e é regulamentado pela Lei nº 10.893/2004 e demais legislações específicas aplicáveis ao setor. A Companhia recebe integralmente a taxa adicional de 10% sobre o valor do frete de cabotagem de seus clientes via Fundo da Marinha Mercante em função de cada transporte que realiza. Esses recursos são restritos e podem ser utilizados, exclusivamente, na construção, docagem, reparos, manutenção das embarcações e amortização de financiamentos concedidos para aquisição de embarcações. As parcelas do AFRMM são registradas em contas específicas do ativo em contra partida do passivo, no longo prazo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado. Os valores de AFRMM registrados no passivo são reconhecidos no resultado, à medida em que cumulativamente ocorrem (i) a prestação de serviço de navegação (cabotagem, fluvial e lacustre) executados com embarcação própria ou afretada de registro brasileiro e (ii) os recursos tenham sido aplicados pela Companhia conforme as condições descritas no parágrafo anterior e registrados pelo Fundo da Marinha Mercante. Esses valores são confrontados com os valores das amortizações de financiamentos obtidos junto ao FMM, e quando aplicável, aos custos e despesas de docagem, correspondentes à geração do incentivo. No exercício de 2014 e de 2013, a Companhia reconheceu os benefícios do AFRMM quando da amortização de financiamentos vinculados à construção de embarcações, na rubrica na "Recursos com subvenção-AFRMM aplicados" no grupo receitas (despesas) operacionais no montante de R$91.646 (R$79.115 em 2013) aplicados pela Companhia na amortização de financiamentos junto ao FMM, registrados na rubrica "Recursos com subvenção-AFRMM aplicados" no grupo receitas (despesas) operacionais. Os incentivos gerados que ainda não foram liberados pelo FMM montam R$167.791 em 2014 (R$124.162 em 2013), dos quais R$167.791 (R$93.429 em 2013) já foram aplicados pela Companhia na amortização de financiamentos junto ao FMM. O quadro abaixo apresenta a posição da Companhia referente aos recursos junto AFRMM.

| | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 | Controladora 2014 | Controladora 2013 |
|---|---|---|---|---|
| Ativo Circulante - Recursos a receber AFRMM por financiamentos amortizados (*) | 167.791 | 93.429 | 167.791 | 93.429 |
| Ativo Circulante - Fundo da Marinha Mercante-AFRMM a aplicar | 350 | 43 | 350 | 43 |
| | 168.141 | 93.472 | 168.141 | 93.472 |
| Passivo Circulante - Fundo da Marinha Mercante-AFRMM a aplicar | 350 | 43 | 350 | 43 |
| Ativo Não Circulante - Fundo da Marinha Mercante-AFRMM a aplicar | - | 30.733 | - | 30.733 |
| Passivo Não Circulante - Fundo da Marinha Mercante-AFRMM a aplicar | - | 30.733 | - | 30.733 |

| Demonstração do resultado: | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 | Controladora 2014 | Controladora 2013 |
|---|---|---|---|---|
| Receitas (despesas) operacionais: | | | | |
| .Recursos com subvençao-AFRMM aplicados | 91.646 | 79.115 | 91.646 | 79.115 |

(*) Montante a receber do FMM/AFRMM aplicado na amortização, com recursos próprios, de financiamaentos obtidos para aquisição de embarcações.

A movimentação dos recursos oriundos do AFRMM registrados pela Companhia nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 está assim demonstrada:

| DESCRIÇÃO | Saldo em 2013 | Adições | Liberações | Remuneração | Aplicações | Transferência p/ C. Corrente | Transferência de Longo Prazo | Comissões BM-DES | Saldo em 2014 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Valores (créditos) a liberar pelo FMM | 124.162 | 61.294 | (17.665) | - | - | - | - | - | 167.791 |
| Valores liberados a aplicar (saldo) | 43 | - | 17.665 | 103 | - | (17.284) | - | (177) | 350 |
| | 124.205 | 61.294 | - | 103 | - | (17.284) | - | (177) | 168.141 |
| Movimentação no Balanço: | | | | | | | | | |
| Ativo: | | | | | | | | | |
| Ativo Circulante | | | | | | | | | |
| Fundo da Marinha Mercante-AFRMM | | | | | | | | | |
| Parcelas liberadas (saldo) | 43 | - | 17.665 | 103 | - | (17.284) | - | (177) | 350 |
| Parcelas a liberar (créditos) | 93.429 | - | - | - | 91.646 | - | (17.284) | - | 167.791 |
| | 93.472 | - | 17.665 | 103 | 91.646 | (17.284) | (17.284) | (177) | 168.141 |
| Ativo Não Circulante | | | | | | | | | |
| .Fundo da Marinha Mercante-AFRMM | | | | | | | | | |
| .Parcelas a liberar (saldo) | 30.733 | 61.294 | (17.665) | - | (91.646) | - | 17.284 | - | - |
| | 30.733 | 61.294 | (17.665) | - | (91.646) | - | 17.284 | - | - |
| | 124.205 | 61.294 | - | 103 | - | (17.284) | - | (177) | 168.141 |
| Passivo: | | | | | | | | | |
| Passivo Circulante | | | | | | | | | |
| Fundo da Marinha Mercante-AFRMM | | | | | | | | | |
| Parcelas liberadas (saldo) | 43 | - | 17.665 | 103 | - | - | (17.284) | (177) | 350 |
| | 43 | - | 17.665 | 103 | - | - | (17.284) | (177) | 350 |
| Passivo Não Circulante | | | | | | | | | |
| Parcelas a liberar (saldo) | 30.733 | 61.294 | (17.665) | - | (91.646) | - | 17.284 | - | - |
| | 30.733 | 61.294 | (17.665) | - | (91.646) | - | 17.284 | - | - |
| | 30.776 | 61.294 | - | 103 | (91.646) | - | - | (177) | 350 |
| Movimentação na Demonstração do Resultado: | | | | | | | | | |
| Receitas (despesas) operacionais: | | | | | | | | | |
| Recursos com subvenção-AFRMM aplicados | - | - | - | - | 91.646 | - | - | - | 91.646 |

Nos termos do item III do artigo 18 da Lei nº 11.941/2009, combinado com o artigo 195-A da Lei 6.404/2006, alterada pela Lei 11.648/2007, o montante das subvenções para investimento-AFRMM, concedidas pelo Poder Público como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos (no caso da Companhia: construção de embarcações com recursos do FMM) não estão sujeitos a tributação, devendo ser mantido em conta de reservas de lucros, apurada até o limite do lucro líquido do exercício (Nota 17). O valor apropriado em reservas de lucros será tributado na forma do lucro real caso seja dada destinação diversa da prevista na legislação (capitalização, manutenção em reservas para investimentos). O saldo remanescente das subvenções que não for mantido em reservas de lucros em face da limitação do lucro líquido apurado no exercício, esse deverá ocorrer nos exercícios subsequentes. **6. Caixa e Equivalentes de Caixa:** As aplicações financeiras podem, a qualquer momento, ser resgatadas antecipadamente, a critério da Companhia, sem perda de principal e juros auferidos até a data do resgate. Todas as aplicações financeiras estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O caixa e equivalentes de caixa da Companhia estão assim compostos:

| | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 | Controladora 2014 | Controladora 2013 |
|---|---|---|---|---|
| Caixa e bancos | 9.319 | 16.130 | 720 | 3.849 |
| Aplicações vinculadas a CDI | 6.041 | 66.338 | 6.022 | 36.450 |
| | 15.360 | 82.468 | 6.742 | 40.299 |

**7. Contas a Receber de Clientes:**

| | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 | Controladora 2014 | Controladora 2013 |
|---|---|---|---|---|
| Contas a receber de clientes | 187.403 | 157.570 | 162.997 | 137.186 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (18.694) | (14.363) | (14.140) | (11.413) |
| | 168.709 | 143.207 | 148.857 | 125.773 |

Os valores componentes de contas a receber têm o seguinte prazo de recebimento (*aging list*):
*Aging* do contas a receber:

| | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 | Controladora 2014 | Controladora 2013 |
|---|---|---|---|---|
| Valores a vencer | 153.826 | 119.419 | 138.935 | 104.641 |
| Valores vencidos: | | | | |
| De 0 a 30 dias | 8.874 | 12.672 | 4.916 | 12.151 |
| De 31 a 90 dias | 2.801 | 6.688 | 2.758 | 6.338 |
| De 91 a 180 dias | 3.208 | 4.428 | 2.248 | 2.643 |
| De 181 a 360 dias | 3.674 | 2.516 | 3.134 | 2.225 |
| Acima de 360 dias | 15.020 | 11.847 | 11.006 | 9.188 |
| | 187.403 | 157.570 | 162.997 | 137.186 |

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos. A Companhia não possui garantias para esses créditos. Com base na experiência histórica da Companhia, classificamos como crédito de liquidação duvidosa principalmente os créditos vencidos há mais de 180 dias. A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) teve a seguinte movimentação:

| | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 | Controladora 2014 | Controladora 2013 |
|---|---|---|---|---|
| Saldos iniciais | (14.363) | (14.083) | (11.413) | (11.468) |
| Adições | (4.749) | (855) | (3.086) | (520) |
| Baixas em contas a receber | 418 | 575 | 359 | 575 |
| Saldos finais | (18.694) | (14.363) | (14.140) | (11.413) |

Contas a receber de clientes – não circulante: refere-se a montante de R$11.194 (R$16.108, em 2013) classificado no não circulante, refere-se a créditos a receber, registrados pela controlada TVV junto à VALE com obrigações contingenciais (vide Nota 16), amparado por interpretação jurídica do Acordo de Indenização firmado em 23 de março de 2007 com a VALE S.A. pela Log-In Logística Intermodal S.A. e suas controladas, anteriormente classificadas como "partes relacionadas", que foram reclassificados para rubrica Contas a receber de clientes, em face de a VALE não ser mais considerada parte relacionada, pela alienação de sua participação na Log-In no final do exercício de 2013. **8. Partes Relacionadas:** As principais transações da Companhia com partes relacionadas são oriundas de prestação de serviços com empresas controladas e ligadas relacionadas na nota explicativa nº 11, cujas transações seguem condições e preços praticados no mercado, bem como com empresa acionista e suas empresas ligadas, e de operações de empréstimos de mútuo. As transações com partes relacionadas são compostas como segue:

| Consolidado | 2014 Ativo | 2014 Passivo | 2013 Ativo | 2013 Passivo |
|---|---|---|---|---|
| VALE S.A. (a, b) | - | - | 18.156 | 2.826 |
| Seamar Shipping Corporation (a) | - | - | 596 | - |
| Ferrovia Centro-Atlântica S.A.-FCA (a) | - | - | 202 | - |
| Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA(a) | - | - | 10 | 916 |
| Outras (a) | - | - | 57 | 128 |
| | - | - | 19.021 | 3.870 |

| Controladora | 2014 Ativo | 2014 Passivo | 2013 Ativo | 2013 Passivo |
|---|---|---|---|---|
| VALE S.A. (a) | - | - | 908 | 2.538 |
| Seamar Shipping Corporation (a) | - | - | 596 | - |
| Ferrovia Centro-Atlântica S.A.-FCA (a) | - | - | 183 | - |
| Terminal de Vila Velha S.A.-TVV (a, c, d) | 3.428 | 27.857 | 10.796 | 1.052 |
| Log-In Mercosur (a, c) | 979 | 2.772 | 201 | 1.813 |
| Log-In Logistics GmbH (a, c) | - | 203 | - | - |
| Log-In Uruguay (a, c) | 161 | 8 | 185 | 116 |
| Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA(a) | - | - | 10 | 722 |
| Outras (a) | - | - | 16 | 116 |
| | 4.568 | 30.840 | 12.895 | 6.357 |

Representados por:

| Consolidado | 2014 Ativo | 2014 Passivo | 2013 Ativo | 2013 Passivo |
|---|---|---|---|---|
| Partes relacionadas - Circulante | - | - | 2.913 | 3.870 |
| Partes relacionadas - Não Circulante (b) | - | - | 16.108 | - |
| | - | - | 19.021 | 3.870 |

| Controladora | 2014 Ativo | 2014 Passivo | 2013 Ativo | 2013 Passivo |
|---|---|---|---|---|
| Partes relacionadas - Circulante | 4.568 | 3.848 | 12.895 | 6.357 |
| Partes relacionadas - Não Circulante (d) | - | 26.992 | - | - |
| | 4.568 | 30.840 | 12.895 | 6.357 |

Notas: (a) Referem-se aos valores de saldos de contas a receber e a pagar à empresa acionista até 31 de dezembro de 2013 (VALE) e às empresas controladas e ligadas. A partir de 1 de janeiro de 2014, todos os valores relativos às empresas do grupo VALE e suas controladas, anteriormente classificadas como "partes relacionadas", foram reclassificados para rubrica Contas a receber de clientes, em face de a VALE não ser mais considerada parte relacionada, pela alienação de sua participação na Log-In no final do exercício de 2013. (b) No consolidado de 31 de dezembro de 2013, o montante de R$16.108, classificado no não circulante acima, refere-se a créditos a receber, registrados pela controlada TVV junto à VALE com obrigações contingenciais (vide Nota 16), amparado por interpretação jurídica do Acordo de Indenização firmado em 23 de março de 2007 com a VALE S.A. pela Log-In Logística Intermodal S.A. e suas controladas. A Companhia e ou suas controladas poderá ingressar no juízo competente com as medidas necessárias para assegurar os seus créditos. A partir de 1 de janeiro de 2014, o valor foi reclassificado para a rubrica Contas a receber de clientes, em face de a VALE não ser mais considerada parte relacionada, pela alienação de sua participação na Log-In no final do exercício de 2013. (c) Referem-se apenas a valores a receber e a pagar relativos às operações e transações comerciais das empresas do grupo Log-In. (d) O montante de R$26.992 refere-se à operação de empréstimo de mútuo tomado junto à controlada TVV-Terminal de Vila Velha S.A., com encargos equivalentes a 104% do CDI e vencimento em um ano. As operações comerciais realizadas com partes relacionadas totalizam os montantes discriminados abaixo:

| | Consolidado 2014 Receita | Consolidado 2014 Despesa | Consolidado 2013 Receita | Consolidado 2013 Despesa | Controladora 2014 Receita | Controladora 2014 Despesa | Controladora 2013 Receita | Controladora 2013 Despesa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| VALE S.A. | - | - | 6.847 | 5.514 | - | - | - | 5.514 |
| Ferrovia Centro-Atlântica S.A. - FCA | - | - | 32 | - | - | - | - | - |
| Log-In International GMBH | - | - | - | - | - | 2.153 | - | 2.623 |
| Terminal de Vila Velha S.A -TVV | - | - | - | - | - | 5.524 | - | 1.612 |
| VLI Multimodal S.a. | - | - | 2.695 | - | - | - | - | - |
| Log-In Uruguay | - | - | - | - | - | 58 | - | 123 |
| Log-In Mercosur | - | - | - | - | - | 1.997 | - | 3.496 |
| Log.Star | - | - | 279 | - | - | - | 279 | - |
| Outros | - | - | 24 | - | - | - | - | - |
| | - | - | 9.877 | 5.514 | - | 9.732 | 279 | 13.368 |

Representados por:

| | Consolidado 2014 Receita | Consolidado 2014 Despesa | Consolidado 2013 Receita | Consolidado 2013 Despesa | Controladora 2014 Receita | Controladora 2014 Despesa | Controladora 2013 Receita | Controladora 2013 Despesa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Fretes | - | - | 9.598 | 5.514 | - | 2.153 | - | 2.623 |
| Serviços | - | - | - | - | - | 4.087 | - | 10.745 |
| Receita/despesas financeiras | - | - | 279 | - | - | 3.492 | 279 | - |
| | - | - | 9.877 | 5.514 | - | 9.732 | 279 | 13.368 |

A remuneração do pessoal-chave da Administração em 2014 totaliza R$15.490 na controladora e R$17.178 no consolidado (em 2013 - remuneração de R$11.094 na controladora e R$12.885 no consolidado), relativo a benefícios de curto e longo prazos, conforme abaixo:

| | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 | Controladora 2014 | Controladora 2013 |
|---|---|---|---|---|
| Benefícios de curto prazo | 16.145 | 12.679 | 14.467 | 10.888 |
| Plano de compra de ações | 1.033 | 206 | 1.023 | 206 |
| | 17.178 | 12.885 | 15.490 | 11.094 |

Pessoal-chave: Conselheiros, Diretores Estatutários, Diretores e Gerentes.

**9.Tributos a Recuperar ou Compensar:**

| Circulante | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 | Controladora 2014 | Controladora 2013 |
|---|---|---|---|---|
| IRRF sobre aplicações financeiras e terceiros | 176 | 69 | - | - |
| PIS e COFINS a recuperar ou compensar | 29.667 | 19.704 | 10.209 | 11.561 |
| INSS a recuperar ou compensar | 4.894 | 717 | 2.102 | 680 |
| ISS a recuperar ou compensar | 42 | 1 | 42 | 1 |
| ICMS a recuperar ou compensar | 4.354 | 4.779 | 3.326 | 3.797 |
| Outros | 16 | 16 | 11 | 11 |
| | 39.149 | 25.286 | 15.690 | 16.050 |

| Não circulante | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 | Controladora 2014 | Controladora 2013 |
|---|---|---|---|---|
| Tributos a recuperar (IRPF sobre aplicações financeiras e terceiros) | 5.894 | 13.075 | 5.894 | 13.075 |

**10. Imposto de renda e contribuição social:** Os valores de imposto de renda e de contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

| | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 | Controladora 2014 | Controladora 2013 |
|---|---|---|---|---|
| Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social | (38.828) | (24.104) | (61.241) | (35.372) |
| Crédito (despesas) de imposto de renda e de contribuição social calculados à alíquota efetiva (34%) | 13.202 | 8.195 | 20.822 | 12.026 |
| Ajustes (efeito de 34%): | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | - | (33) | 13.305 | 6.889 |
| Receitas subvencionadas (AFRMM aplicado) | 31.160 | 26.899 | 31.160 | 26.899 |
| Resultado de subsidiárias no exterior | (1.220) | (903) | - | - |
| Despesa de imposto de renda de subsidiária no exterior | (732) | (1.199) | - | - |
| Lucro disponibilizado de controlada no exterior | (732) | (984) | (732) | (984) |
| Receita (despesa) de juros sobre o capital próprio pagos | 1 | 2 | (1.117) | (1.334) |
| Provisão para perdas créditos ficais imposto de renda e csll | (86.155) | - | (86.155) | - |
| Diferenças permanentes | (885) | (1.306) | (276) | (1.482) |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado | (45.361) | 30.671 | (22.993) | 42.014 |

O saldo do ativo diferido é composto conforme descrito no quadro abaixo:

| | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 | Controladora 2014 | Controladora 2013 |
|---|---|---|---|---|
| Sobre prejuízos fiscais | 113.043 | 113.043 | 113.043 | 113.043 |
| Sobre base negativa de contribuição social | 44.997 | 44.997 | 44.997 | 44.997 |
| | 158.040 | 158.040 | 158.040 | 158.040 |
| Sobre diferenças temporárias | 2.614 | 28.221 | (4.044) | 18.949 |
| | 160.654 | 186.261 | 153.996 | 176.989 |

A Administração entende que a Companhia está em fase de reestruturação operacional, se enquadrando no parágrafo único do Art. 2º da Instrução CVM nº 371/2002, tendo em vista que está substituindo os antigos navios próprios e afretados por novos navios, sendo cinco novos navios porta-contêiner e dois novos navios graneleiros. A realização desse ativo fiscal diferido está fundamentada em Estudo Técnico, que apresenta expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, que permitem a utilização desse ativo fiscal diferido no prazo máximo de dez anos. Para os créditos fiscais de imposto de renda pessoa jurídica e de contribuição social sobre o lucro líquido diferidos, no montante de R$86.156, apurados no exercício de 2014 pela Companhia, foram constituídos provisões correspondentes ao referido montante para eventuais perdas que possam ocorrer em suas realizações. As principais premissas do Estudo Técnico são: a) A aquisição dos sete navios de grande porte citados anteriormente, sendo que três já estão concluídos e em operação, e quatro com previsão de conclusão da construção até 2015/2017, que substituirão a atual frota de embarcações; e b) Os novos navios incrementarão a receita e proporcionarão redução dos custos e das despesas operacionais, em função da sua modernidade e de sua grande capacidade de transporte, tornando-se possível maior diluição dos custos fixos. A realização desses créditos fiscais diferidos tem expectativa até o exercício de 2025, conforme detalhado no quadro abaixo.

| Ano | Consolidado 2014 Prejuízo fiscal | Consolidado 2014 Diferenças temporárias | Consolidado 2014 Total | Controladora 2014 Prejuízo fiscal | Controladora 2014 Diferenças temporárias | Controladora 2014 Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 2016 | - | 43.674 | 43.674 | - | 39.388 | 39.388 |
| 2017 | - | (1.294) | (1.294) | - | (1.078) | (1.078) |
| 2018 | 2.734 | (6.661) | (3.927) | 2.734 | (6.661) | (3.927) |
| 2019 | 13.638 | (8.897) | 4.741 | 13.638 | (8.897) | 4.741 |
| 2020 | 14.756 | (8.897) | 5.859 | 14.756 | (8.897) | 5.859 |
| 2021 | 20.948 | (8.897) | 12.051 | 20.948 | (8.897) | 12.051 |
| 2022 | 25.714 | (8.897) | 16.817 | 25.714 | (8.897) | 16.817 |
| 2023 | 30.080 | (105) | 29.975 | 30.080 | (105) | 29.975 |
| 2024 | 36.616 | - | 36.616 | 36.616 | - | 36.616 |
| 2025 | 13.554 | - | 13.554 | 13.554 | - | 13.554 |
| | 158.040 | 2.614 | 160.654 | 158.040 | (4.044) | 153.996 |

| Ano | Consolidado 2013 Prejuízo fiscal | Consolidado 2013 Diferenças temporárias | Consolidado 2013 Total | Controladora 2013 Prejuízo fiscal | Controladora 2013 Diferenças temporárias | Controladora 2013 Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 2014 | 4.613 | 43.008 | 47.621 | 4.613 | 38.008 | 42.621 |
| 2015 | 7.948 | 5.002 | 12.950 | 7.948 | 730 | 8.678 |
| 2016 | 12.992 | - | 12.992 | 12.992 | - | 12.992 |
| 2017 | 16.951 | (4.127) | 12.824 | 16.951 | (4.127) | 12.824 |
| 2018 | 23.140 | (6.661) | 16.479 | 23.140 | (6.661) | 16.479 |
| 2019 | 12.500 | (8.897) | 3.603 | 12.500 | (8.897) | 3.603 |
| 2020 | 79.896 | (104) | 79.792 | 79.896 | (104) | 79.792 |
| | 158.040 | 28.221 | 186.261 | 158.040 | 18.949 | 176.989 |

Os créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos tem a seguinte composição e movimentação.
Composição em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013:

| | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 | Controladora 2014 | Controladora 2013 |
|---|---|---|---|---|
| Provisão imposto de renda e contribuição social diferidos sobre depreciação acelerada não contabilizada-embarcações | (46.481) | (19.789) | (46.481) | (19.789) |
| Provisões operacionais | 37.607 | 38.414 | 34.870 | 34.417 |
| Provisão para crédito de liquida duvidosa-PCLD | 6.067 | 4.594 | 4.518 | 3.591 |
| Provisões para riscos judiciais (trabalhistas, cíveis e tributários) | 4.997 | 4.728 | 2.625 | 456 |
| Benefícios baseados em ações com pagamento em dinheiro | 424 | 274 | 424 | 274 |
| Prejuízo fiscal a compensar: | | | | |
| Imposto de renda pessoa jurídica | 113.043 | 113.043 | 113.043 | 113.043 |
| Contribuição social sobre o lucro líquido-base negativa | 44.997 | 44.997 | 44.997 | 44.997 |
| | 160.654 | 186.261 | 153.996 | 176.989 |

Movimentação em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013:

| | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 | Controladora 2014 | Controladora 2013 |
|---|---|---|---|---|
| Saldos iniciais | 186.261 | 145.300 | 176.989 | 141.014 |
| Provisão imposto de renda e contribuição social diferidos sobre depreciação acelerada não contabilizada-embarcações | (26.692) | (19.789) | (26.692) | (19.789) |
| Provisões operacionais | (807) | 6.759 | 453 | 4.630 |
| Provisão para crédito de liquida duvidosa-PCLD | 1.473 | 248 | 927 | 134 |
| Provisões para riscos judiciais (trabalhistas, cíveis e tributários) | 269 | 419 | 2.169 | (2.324) |
| Benefícios baseados em ações com pagamento em dinheiro | 150 | 88 | 150 | 88 |
| Prejuízo fiscal a compensar: | | | | |
| Imposto de renda pessoa jurídica | - | 39.087 | - | 39.087 |
| Contribuição social sobre o lucro líquido-base negativa | - | 14.149 | - | 14.149 |
| Saldos finais | 160.654 | 186.261 | 153.996 | 176.989 |

Efeitos da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, com mudanças relevantes nas regras tributárias federais: Os dispositivos dessa lei entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do exercício de 2015, porém é dada a opção de sua adoção antecipada já a partir do exercício de 2014. Dentre os objetivos dessa lei, está o de neutralizar os efeitos tributários estabelecidos nos artigos 15 e 16 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, destacadamente no que tange aos pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio que tiveram por base os resultados apurados nos períodos iniciados em 1º de janeiro de 2008 até a data de 11 de novembro de 2013, cujos pagamentos deveriam tomar como base os resultados contábeis apurados desses referidos períodos respeitando os mesmos métodos e critérios de apuração vigentes na data de 31 de dezembro de 2007. A Administração da Companhia optou pela adoção antecipada da lei acima mencionada, em conformidade com os procedimentos normatizados para essa adoção, garantindo assim a utilização do patrimônio líquido mensurado de acordo com as disposições da Lei nº 6.404, de 1976, para fins do cálculo do limite de apuração dos juros sobre o capital próprio, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249, de 1995. No que se refere aos valores relativos a dividendos pagos ou a pagar após a publicação da referida lei, relacionados ao resultado do exercício findo de 31 de dezembro de 2013, a Administração da Companha concluiu que não são superiores aos que seriam apurados em conformidade com os métodos e práticas contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, não devendo incidir sobre eles nenhum encargo tributário. Todavia, a Administração da Companhia continua avaliando outros efeitos tributários decorrentes da referida lei.

**11. Investimentos em Sociedades Controladas:**

| | Controladas no exterior: Log-In International Gmbh | Log-In Mercosur | Log-In Uruguay S.A. | Log.Star Navegação S.A.(b) | Terminal de Vila Velha S.A. - TVV | Lajes Logistica S.A(a,b) | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | 143.856 | 2.031 | 949 | - | 92.730 | - | 239.566 |
| Saldo provisão para perdas de investimentos | - | - | - | - | - | (1.600) | (1.600) |
| Aumento de investimento, através AFAC (Ata AGO de 26.11.2013) | - | - | - | - | - | 13.827 | 13.827 |
| Baixa de investimento, por alienação em 26.11.2013 | - | - | - | - | - | (5.000) | (5.000) |
| Perdas de investimento na alienação da participação | - | - | - | - | - | (6.991) | (6.991) |
| Resultado de equivalência patrimonial | (5.732) | 1.778 | (12) | (96) | 24.561 | (236) | 20.263 |
| Ajustes acumulados de conversão (variação cambial) | - | (73) | 131 | - | - | - | 58 |
| Dividendos e JCP propostos e recebidos | - | (1.697) | (492) | - | (33.178) | - | (35.367) |
| Provisão para perdas de investimentos | - | - | - | 96 | - | - | 96 |
| Investimentos empresas controladas | 138.124 | 2.039 | 576 | - | 84.113 | - | 224.852 |
| Outros investimetnos | - | - | - | - | - | - | 5 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 138.124 | 2.039 | 576 | - | 84.113 | - | 224.857 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (5.737) | 1.475 | (153) | - | 43.548 | - | 39.133 |
| Ajustes acumulados de conversão (variação cambial) | - | (175) | (13) | - | - | - | (188) |
| Dividendos e JCP propostos e recebidos | - | (1.633) | - | - | (24.561) | - | (26.194) |
| Redução de Capital | (6.404) | - | - | - | - | - | (6.404) |
| Investimentos empresas controladas | 125.983 | 1.706 | 410 | - | 103.100 | - | 231.199 |
| Outros investimetnos | - | - | - | - | - | - | 5 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2014 | 125.983 | 1.706 | 410 | - | 103.100 | - | 231.204 |
| Capital social em: | | | | | | | |
| 31.12.2013 | 133.252 | 378 | 356 | 19.158 | 48.894 | - | |
| 31.12.2014 | 126.848 | 378 | 356 | 19.158 | 48.894 | - | |
| Patrimônio líquido em: | | | | | | | |
| 31.12.2013 | 138.124 | 2.169 | 576 | (21.637) | 84.201 | - | |
| 31.12.2014 | 125.983 | 1.815 | 410 | (21.637) | 103.207 | - | |
| Lucro líquido (prejuízo) em: | | | | | | | |
| 31.12.2013 | (5.732) | 1.892 | (12) | (555) | 24.587 | - | |
| 31.12.2014 | (5.737) | 1.570 | (153) | - | 43.593 | - | |
| Percentual de participação em 31.12.2013 | 100% | 94% | 100 % | 17,23 % | 99,90 % | - | |
| Percentual de participação em 31.12.2014 | 100% | 94% | 100 % | 17,23 % | 99,90 % | - | |
| Quantidade de ações/quotas possuidas: | | ações: | ações: | ações: | ações: | ações: | |
| 31.12.2013 | 1 | 567.819 | 100.000 | 3.301 | 9.766.014 | - | |
| 31.12.2014 | 1 | 567.819 | 100.000 | 3.301 | 9.766.014 | - | |

a) Investimento Lajes alienado em novembro de 2013, gerando uma perda líquida de R$6.991,registrado no resultado, na rubrica "Perdas na alienação de investimentos", composto por perdas de participação (R$4.148) e por prejuízo na alienação (R$2.843). b) Obrigações adicionais – Conforme cláusula quarta do Contrato de Compra e Venda datado de 26 de novembro de 2013, as partes acordaram que, em caso de sucesso na implantação do Terminal Portuário Privativo (TPP) pela adquirente, a Log-In fará jus a um "bônus" de R$23.500, atrelado a condições comerciais dos serviços de operação portuária do TPP, prestados pela Log-In, pelo prazo de dez (10) anos a contar do início da operação do TPP, observado ainda que a adquirente transportará suas cargas próprias de cabotagem utilizando-se preferencialmente dos serviços ofertados pela Log-In, e que a Log-In por sua vez realizará toda sua operação portuária em Manaus-AM por meio da Lajes Logística S.A., em caso de sucesso na implantação do TPP. O referido "bônus" será pago em dez parcelas de R$2.350, a partir da data prevista para o início das operações do TPP, corrigidos "*pro rata die*", desde a data do contrato de compra e venda, pelo IGP-M/FGV. c) Os valores correspondentes à participação da controladora no passivo a descoberto desses investimentos encontram-se registrados no passivo não circulante, na rubrica "Outros", nos montante de R$3.727 (Log.Star) em de 2014 e em 2013.

**12.Imobilizado e intangíveis:** a) Imobilizado:

| | Taxas médias anuais de depreciação (%) | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 | Controladora 2014 | Controladora 2013 |
|---|---|---|---|---|---|
| Bens em operação: | | | | | |
| Embarcações | 5 | 708.617 | 708.617 | 523.371 | 523.371 |
| Edificações e Instalações | 2% a 10% | 126.624 | 139.516 | 59.567 | 80.876 |
| Máquinas e equipamentos | 7 | 66.219 | 65.464 | 2.110 | 2.110 |
| Móveis e utensílios | 10 | 7.648 | 7.678 | 4.202 | 3.844 |
| Equipamentos de processamento de dados | 20 | 24.894 | 15.324 | 8.376 | 6.552 |
| Benfeitorias em imóveis locados de terceiros | 10 | 5.086 | 5.516 | 5.086 | 5.493 |
| Veículos | 20 | 485 | 455 | 98 | 98 |
| Benfeitorias embarcações afretadas terceiros | 20 | 22.723 | 20.616 | 22.723 | 20.616 |
| Outros bens | 20 | 1.216 | 1.036 | 662 | 655 |
| | | 963.512 | 964.222 | 626.195 | 643.615 |
| Depreciação acumulada | | (233.167) | (179.930) | (103.994) | (68.955) |
| | | 730.345 | 784.292 | 522.201 | 574.660 |
| Imobilizações em curso | | 712.056 | 564.940 | 697.659 | 541.470 |
| | | 1.442.401 | 1.349.232 | 1.219.860 | 1.116.130 |

b) Movimentação do Imobilizado:
Consolidado:

| Imobilizado: | Embarcações | Edificações e instalações | Máquinas e equipamentos | Móveis e utensílios | Benfeitorias em imóveis de terceiros | Equipamentos de processamento de dados | Veículos | Benfeitorias em embarcações de terceiros | Outros bens | Imobilizações em curso | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Saldos em 31.12.2013 | 708.617 | 139.516 | 65.464 | 7.678 | 5.516 | 15.324 | 455 | 20.616 | 1.036 | 564.940 | 1.529.162 |
| Adições no período | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 146.660 | 146.660 |
| Transferência no período | - | 9.903 | 755 | 505 | - | 9.302 | - | 1.685 | 22 | (22.172) | - |
| Transferência intercontas | - | (22.628) | - | (508) | (430) | 288 | 70 | 422 | 158 | 22.628 | - |
| Baixa no período | - | (167) | - | (27) | - | (20) | (40) | - | - | - | (254) |
| Saldos em 31.12.2014 | 708.617 | 126.624 | 66.219 | 7.648 | 5.086 | 24.894 | 485 | 22.723 | 1.216 | 712.056 | 1.675.568 |
| Depreciação acumulada: | | | | | | | | | | | |
| Saldos em 31.12.2013 | (104.453) | (22.467) | (34.669) | (3.638) | (3.043) | (9.310) | (261) | (1.334) | (755) | - | (179.930) |
| Adições no período | (35.431) | (4.914) | (4.473) | (654) | (391) | (3.028) | (80) | (4.285) | (58) | - | (53.314) |
| Baixa no período e ajuste conversão | - | 4 | - | 13 | - | 20 | 40 | - | - | - | 77 |
| Transferência intercontas | - | - | - | 434 | 471 | (274) | (45) | (531) | (55) | - | - |
| Saldos em 31.12.2014 | (139.884) | (27.377) | (39.142) | (3.845) | (2.963) | (12.592) | (346) | (6.150) | (868) | - | (233.167) |

Controladora:

| Imobilizado: | Embarcações | Edificações e instalações | Máquinas e equipamentos | Móveis e utensílios | Benfeitorias em imóveis de terceiros | Equipamentos de processamento de dados | Veículos | Benfeitorias em embarcações de terceiros | Outros bens | Imobilizações em curso | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Saldos em 31.12.2013 | 523.371 | 80.876 | 2.110 | 3.844 | 5.493 | 6.552 | 98 | 20.616 | 655 | 541.470 | 1.185.085 |
| Adições no período | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 138.769 | 138.769 |
| Transferência no período | - | 1.319 | - | 358 | - | 1.824 | - | 1.685 | 14 | (5.200) | - |
| Transferência intercontas | - | (22.628) | - | - | (407) | - | - | 422 | (7) | 22.620 | - |
| Saldos em 31.12.2014 | 523.371 | 59.567 | 2.110 | 4.202 | 5.086 | 8.376 | 98 | 22.723 | 662 | 697.659 | 1.323.854 |
| Depreciação acumulada: | | | | | | | | | | | |
| Saldos em 31.12.2013 | (48.493) | (9.260) | (985) | (1.268) | (3.025) | (3.775) | (97) | (1.333) | (719) | - | (68.955) |
| Adições no período | (26.169) | (2.554) | (205) | (402) | (391) | (1.030) | - | (4.285) | (3) | - | (35.039) |
| Transferência intercontas | - | - | - | - | 453 | - | - | (532) | 79 | - | - |
| Saldos em 31.12.2014 | (74.662) | (11.814) | (1.190) | (1.670) | (2.963) | (4.805) | (97) | (6.150) | (643) | - | (103.994) |

O principal item das imobilizações em curso na controladora em 2014, no montante de R$651.777 (em 2013, R$549.411) corresponde a adiantamentos para construção de quatro navios, sendo três navios porta-contêineres e de um graneleiro que estão em construção pelo Estaleiro Ilha S.A. (EISA). Esses montantes incluem R$64.333 (em 2013, inclui R$45.312) referentes a encargos relativos aos financiamentos obtidos para essa construção, que foram capitalizados, originados dos encargos gerados pelo financiamento correspondente (vide nota explicativa 13). c) Intangíveis:

| | Taxa de amortização (%) | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 | Controladora 2014 | Controladora 2013 |
|---|---|---|---|---|---|
| Sistemas (softwares aplicativos) | 20 | 67.423 | 60.173 | 61.435 | 55.727 |
| Concessões portuárias | 4 | 8.304 | 7.905 | - | - |
| Marcas e Patentes | | 5 | 5 | 5 | 5 |
| | | 75.732 | 68.083 | 61.440 | 55.732 |
| Amortização Acumulada | | (45.920) | (34.327) | (41.287) | (31.359) |
| | | 29.812 | 33.756 | 20.153 | 24.373 |
| Intangíveis em desenvolvimento | | 6.099 | 31.914 | 3.690 | 27.716 |
| | | 35.911 | 65.670 | 23.843 | 52.089 |

Os saldos de intangíveis em curso referem-se a gastos com desenvolvimento de sistemas. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 a Companhia não identificou indicativos de provisões para perdas a *"impairment"*. **13. Financiamentos e empréstimos:** Os saldos dos financiamentos e empréstimos em 2014 e em 2013 classificados no passivo circulante e não circulante, bem como as amortizações e os pagamentos vencíveis obedecerão ao escalonamento até o ano de 2034, conforme quadros abaixo:

Consolidado

| Parcelas vencíveis em | Construção de embarcações (a) Valor Anual 2014 | 2013 | Operações de *swap* (d) 2014 | 2013 | Capital de giro (c) 2014 | 2013 | Instalações TERCAM, PAULÍNIA e TVV (b) Valor Anual 2014 | 2013 | TOTAL Valor Anual 2014 | 2013 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2014 | - | 54.343 | - | 26.663 | - | 52.587 | - | 6.790 | - | 140.383 |
| 2015 | 58.982 | - | 49.699 | - | 120.014 | - | 6.849 | - | 235.544 | - |
| 2016 | 56.429 | 52.313 | 42.306 | 33.085 | 63.787 | 47.678 | 6.510 | 6.374 | 169.032 | 139.450 |
| 2017 | 56.429 | 52.313 | 60.899 | 22.828 | 44.715 | 42.470 | 5.824 | 6.374 | 167.867 | 123.985 |
| 2018 | 56.429 | 52.313 | 3.592 | 4.631 | 32.956 | 42.470 | 4.304 | 5.640 | 97.281 | 105.054 |
| 2019 | 56.429 | 52.313 | 3.584 | - | - | 34.076 | 2.054 | 3.314 | 62.067 | 89.703 |
| 2020 a 2034 | 691.236 | 691.668 | - | - | - | - | - | 3.047 | 691.236 | 694.715 |
| | 975.934 | 955.263 | 160.080 | 87.207 | 261.472 | 219.281 | 25.541 | 31.539 | 1.423.027 | 1.293.290 |

Controladora

| Parcelas vencíveis em | Construção de embarcações (a) Valor Anual 2014 | 2013 | Operações de *swap* (d) 2014 | 2013 | Capital de giro (c) 2014 | 2013 | Instalações TERCAM e PAULÍNIA (b) Valor Anual 2014 | 2013 | TOTAL Valor Anual 2014 | 2013 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2014 | - | 54.343 | - | 19.559 | - | 52.587 | - | 3.758 | - | 130.247 |
| 2015 | 58.982 | - | 28.776 | - | 120.014 | - | 3.809 | - | 211.581 | - |
| 2016 | 56.429 | 52.313 | 21.964 | 21.349 | 63.787 | 47.678 | 3.719 | 3.695 | 145.899 | 125.035 |
| 2017 | 56.429 | 52.313 | 58.259 | 11.092 | 44.715 | 42.470 | 3.033 | 3.695 | 162.436 | 109.570 |
| 2018 | 56.429 | 52.313 | 3.592 | - | 32.956 | 42.470 | 1.571 | 2.960 | 94.548 | 97.743 |
| 2019 | 56.429 | 52.313 | 3.584 | - | - | 34.076 | 787 | 1.570 | 60.800 | 87.959 |
| 2020 a 2034 | 691.236 | 691.668 | - | - | - | - | - | 750 | 691.236 | 692.418 |
| | 975.934 | 955.263 | 116.175 | 52.000 | 261.472 | 219.281 | 12.919 | 16.428 | 1.366.500 | 1.242.972 |

Em 2014 e em 2013, os financiamentos estão classificados no passivo conforme segue:

| | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 | Controladora 2014 | Controladora 2013 |
|---|---|---|---|---|
| Passivo circulante | 235.544 | 140.383 | 211.581 | 130.247 |
| Passivo não circulante | 1.187.483 | 1.152.907 | 1.154.919 | 1.112.725 |
| | 1.423.027 | 1.293.290 | 1.366.500 | 1.242.972 |

O quadro abaixo apresenta a movimentação desses empréstimos em 31 de dezembro de 2014.

Consolidado

| Empréstimos e financiamentos | Saldo em 2013 | Adição | Encargos financeiros: Capitalizado | Resultado | Amortização: Principal | Encargos | Saldo em 2014 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Construção de embarcações (FMM/BNDES)-(a), (*) | 955.263 | - | 19.021 | 97.029 | (50.997) | (44.382) | 975.934 |
| Investimentos em terminais portuários (FMM/BNDES)-(b) | 31.539 | - | - | 2.524 | (6.373) | (2.149) | 25.541 |
| Capital de giro (Santander, Alfa e BB)-(c) | 219.281 | 105.505 | - | 28.342 | (62.331) | (29.325) | 261.472 |
| Operação de Swap-(d) | 87.207 | 98.166 | - | 15.765 | (31.790) | (9.268) | 160.080 |
| | 1.293.290 | 203.671 | 19.021 | 143.660 | (151.491) | (85.124) | 1.423.027 |

Controladora

| Empréstimos e financiamentos | Saldo em 2013 | Adição | Encargos financeiros: Capitalizado | Resultado | Amortização: Principal | Encargos | Saldo em 2014 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Construção de embarcações (FMM/BNDES)-(a), (*) | 955.263 | - | 19.021 | 97.029 | (50.997) | (44.382) | 975.934 |
| Investimentos em terminais portuários (FMM/BNDES)-(b) | 16.428 | - | - | 1.251 | (3.679) | (1.081) | 12.919 |
| Capital de giro (Santander, Alfa e BB)-(c) | 219.281 | 105.505 | - | 28.342 | (62.331) | (29.325) | 261.472 |
| Operação de Swap-(d) | 52.000 | 83.281 | - | 9.568 | (23.832) | (4.842) | 116.175 |
| | 1.242.972 | 188.786 | 19.021 | 136.190 | (140.839) | (79.630) | 1.366.500 |

Nota(*): Encargos financeiros, resultado, inclui R$69.681 de variação cambial, dos quais R$33.592 decorrente do efeito CPC 20.

Os financiamentos e empréstimos referem-se a recursos obtidos junto ao Fundo da Marinha Mercante (FMM), através de repasse de seu agente financeiro Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como junto a outras instituições financeiras, para as seguintes finalidades: a) Construção de embarcações (FMM/BNDES): Construção de sete navios (cinco porta-conteiners e dois graneleiros) junto ao Estaleiro Ilha S.A. (EISA), divididos em dois subcréditos (Subcrédito "A" e Subcrédito "B"), cuja linha de crédito é da ordem de R$927.142, composto por R$625.209 referente porta-containers e R$301.933 para graneleiros. Os contratos pactuados com o BNDES datam de 26 de maio de 2008 (porta-conteiners) e de 8 de dezembro de 2009 (graneleiros). Para determinação dos saldos devedores os Subcréditos "A" e "B" são atualizados pela TJLP e pela variação do dólar norte-americano (porta-conteiner) e os Subcréditos relativos aos graneleiros pela variação do dólar norte-americano, respectivamente, ambos acrescidos de juros de 2,5% ao ano. As embarcações (cascos 504, 505 e 509) construídas, e já em operação, e as em construção (cascos 506, 507, 508 e 510) estão gravadas como garantia dos financiamentos, com cláusula de hipoteca de primeiro grau. Segue abaixo quadro resumo dos saldos dos recursos já liberados (acrescido de encargos decorridos):

| Órgão Financiador: Fundo da Marinha Mercante (FMM): | Vencimento da última prestação | Carência: | Consolidado e Controladora 2014 | 2013 |
|---|---|---|---|---|
| Casco EI-504-Subcrédito A | Jun/2031 | 37 meses | 85.285 | 90.454 |
| Casco EI-504-Subcrédito A-Suplementar | Jun/2031 | 37 meses | 7.940 | 8.422 |
| Casco EI-505-Subcrédito A | Set/2030 | 37 meses | 83.518 | 88.821 |
| Casco EI-505-Subcrédito A-Suplementar | Set/2030 | 37 meses | 7.833 | 8.330 |
| Casco EI-506-Subcrédito A | Mar/2032 | 39 meses | 87.838 | 92.930 |
| Casco EI-507-Subcrédito A | Out/2033 | 21 meses | 49.243 | 51.857 |
| Casco EI-507-Subcréditos A1eA2-Suplementares | Out/2033 | 21 meses | 6.806 | 7.168 |
| Casco EI-508-Subcrédito A | Abr/2034 | 21 meses | 38.467 | 38.810 |
| Casco EI-508-Subcréditos A1eA2-Suplementares | Abr/2034 | 21 meses | 13.831 | 13.955 |
| | Valores indexados à TJLP | | 380.761 | 400.747 |
| Casco EI-504-Subcrédito B | Jun/2031 | 37 meses | 47.117 | 44.073 |
| Casco EI-504-Subcrédito B-Suplementar | Jun/2031 | 37 meses | 4.157 | 3.888 |
| Casco EI-505-Subcrédito B | Set/2030 | 37 meses | 46.874 | 43.965 |
| Casco EI-505-Subcrédito B-Suplementar | Set/2030 | 37 meses | 4.074 | 3.822 |
| Casco EI-506-Subcrédito B | Mar/2032 | 39 meses | 48.456 | 45.213 |
| Casco EI-507-Subcrédito B | Out/2033 | 21 meses | 24.719 | 22.958 |
| Casco EI-507-Subcréditos B1eB2-Suplementares | Out/2033 | 21 meses | 3.158 | 2.932 |
| Casco EI-508-Subcrédito B | Abr/2034 | 21 meses | 17.835 | 16.131 |
| Casco EI-508-Subcréditos B1eB2-Suplementares | Abr/2034 | 21 meses | 6.266 | 5.668 |
| Casco EI-509-Subcrédito A | Jun/2032 | 28 meses | 137.712 | 128.394 |
| Casco EI-509-Subcrédito B | Jun/2032 | 28 meses | 63.968 | 59.639 |
| Casco EI-510-Subcrédito A | Ago/2032 | 31 meses | 129.057 | 120.263 |
| Casco EI-510-Subcrédito B | Ago/2032 | 31 meses | 61.780 | 57.570 |
| | Valores indexados à US$ | | 595.173 | 554.516 |
| | | TOTAL | 975.934 | 955.263 |

Nos financiamentos contratados junto ao Fundo da Marinha Mercante a Log-In se obriga a manter um índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) mínimo, calculado ao final de cada exercício, não inferior a um patamar mínimo estipulado pelo BNDES, ao longo de todo o prazo dos contratos, cujo índice é apurado pela formula ICD = EBITDA – (IR+CSLL+Variação Capital de Giro) /Serviço da Dívida do Exercício). Até o último período de cálculo, a Companhia está em conformidade com as coberturas financeiras requeridas. b) Investimento em terminais portuários (BNDES). Esses contratos de financiamentos de abertura de crédito tem as seguintes características:
b.1 – TERCAM

| Sub-crédito | Valor | Encargos | Prazo | Finalidade (Ampliação do Tercam) |
|---|---|---|---|---|
| Subcrédito "A" | 12.498 | TJLP+1,4% | 8 anos | 1ª Fase do Projeto: construção de 9.000m² do novo armazém, instalações, arruamento interno e parte da expansão do pátio de contêineres (recursos totalmente liberados); |

Em 2014 o saldo deste financiamento totaliza R$7.072 (R$8.636 em 2013). Esse contrato de crédito tem garantia fidejussória de carta de fiança bancária, até sua liquidação final. b.2) Terminal de Paulínia/SP:

| Sub-crédito | Valor | Encargos | Prazo | Finalidade |
|---|---|---|---|---|
| Subcrédito "A" | 8.000 | TJLP+4,30%a.a | 60 meses | Consiste na construção de um centro de distribuição localizado em Paulínia/SP. |
| Subcrédito "B" | 2.000 | TJLP+3,30%a.a | 60 meses | Idem, idem. |

Em 2014 o saldo deste financiamento totaliza R$5.847 (R$7.792 em 2013). O financiamento tem carência de doze meses; a periodicidade de pagamento do principal é mensal, vencendo a primeira prestação a partir de 12 de setembro de 2012, e trimestralmente o pagamento dos juros vencendo a partir de 15 de novembro de 2011. b.3) Terminal de Vila Velha:

| Sub-crédito | Valor | Encargos | Prazo | Finalidade (Aquisição De) |
|---|---|---|---|---|
| Subcréditos "A, B,C,D,E" | 7.101 | Cesta IPCA+3,0% a.a. | 8 anos | Equipamentos importados (recursos parcialmente liberados). |
| Subcrédito "F" | 15.365 | TJLP+1,4% a.a. | 8 anos | Obras civis (recursos totalmente liberados). |

# LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

**Companhia de Capital Autorizado**
**CNPJ/MF nº 42.278.291/0001-24 - NIRE nº 3.330.026.074-9**
**Praia de Botafogo 501/Bloco B - Sala 703 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ CEP: 22.250.040**
**www.loginlogistica.com.br**

Em 2014 o saldo deste financiamento totaliza R$12.622 (R$15.111 em 2013). Esse contrato de crédito tem garantia fidejussória de carta de fiança bancária, até sua liquidação final. c) Capital de giro e investimentos correntes: Contrato de abertura de crédito (capital de giro e investimentos correntes) é composto conforme quadro abaixo:

| Abertura de crédito | Vencimento | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 | Controladora 2014 | Controladora 2013 |
|---|---|---|---|---|---|
| Banco Alfa de Investimentos S.A. | Jan/2016 | 53.168 | 20.181 | 53.168 | 20.181 |
| Banco Santander Brasil S.A. | Jun/2015 | 5.220 | 15.012 | 5.220 | 15.012 |
| Banco Santander Brasil S.A. (NC-E) | Abr/2016 | 25.025 | 17.748 | 25.025 | 17.748 |
| Banco do Brasil S.A. (NC-C) | Nov/2019 | 150.529 | 166.340 | 150.529 | 166.340 |
| Outros | Nov/2017 | 27.530 | - | 27.530 | - |
| | | 261.472 | 219.281 | 261.472 | 219.281 |

Sobre essa linhas de créditos incidem encargos financeiros pela taxa do CDI, em média, de 118,6%, sobre os empréstimos referenciados à NC-E (Nota de Crédito de Exportação) há carência de um ano e juros mensais e/ou trimestrais no período de carência, e sobre a linha de crédito tomada junto ao Banco do Brasil S.A., base NCC (Nota de Crédito Comercial), carência de um ano e juros mensais no período de carência. d) Operação de *Swap:* Em 13 de setembro de 2011 a Companhia captou com o Banco do Brasil S.A. Cédula de Crédito Bancário – Repasse de Recursos Captados no Exterior, via Resolução 4.131/62, um montante de R$37.519, equivalente a US$22,000, de valor principal, com vencimento em 18 de agosto de 2015 e em 30 de dezembro de 2014 mais o valor de R$16.156, equivalente a US$6,000, de valor principal, com vencimento em 26 de novembro de 2019; em 23 de agosto, em 23 de dezembro de 2013 e em 28 de janeiro de 2014, com o Banco Itaú S.A., no valor de R$28.426, equivalente a U$12,000, de R$35.129, equivalentes a U$15,000, e de R$14.885, equivalente a U$6,184, de valor principal, com vencimento em 23 de agosto de 2016, em 23 de dezembro de 2016 e em 30 de janeiro de 2017, respectivamente, e em 16 de junho de 2014, com o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, no valor de R$67.125, equivalente a U$30.000, de valor principal, com vencimento em 16 de junho de 2017, na modalidade de derivativos tipo "*swap*", com o objetivo de mitigar os riscos das operações de empréstimos contratados em dólar norte-americano indexados à variação do CDI. Essas operações geraram despesas de juros e variação cambial no montante de R$9.668 na Log-In e de R$15.866 no consolidado no exercício de 2014, e de R$4.413 na Log-In e R$4.491 no consolidado no exercício de 2013, líquido do valor do ganho compensado na operação de "swap", conforme detalhado na nota 22.5. Nessa operação, não há incidência do IOF. Esses empréstimos-pontes tomados via "capital de giro" e em "operações de *swap"* visam suprir os descasamentos de fluxos de caixa entre as solicitações e as liberações dos recursos via Fundo da Marinha Mercante (FMM), no que diz respeito aos financiamentos contratados em vigor para as sete embarcações, junto ao Estaleiro Ilha S.A. (EISA), bem como financiar investimentos correntes da Companhia. e) Garantias: Em reunião realizada em 20 de dezembro de 2013, o Conselho de Administração autorizou a Companhia a conceder garantias a títulos de crédito de fornecedores por serviços e materiais adquiridos em contratos de longo prazo, até o limite de R$140.000. **14. Fornecedores:** Os valores componentes de contas a pagar a fornecedores tem os seguintes prazos de pagamentos (*aging list*):

| | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 | Controladora 2014 | Controladora 2013 |
|---|---|---|---|---|
| Passivo circulante | | | | |
| Valores a vencer: | | | | |
| De 0 a 30 dias | 85.975 | 47.907 | 71.877 | 37.140 |
| De 31 a 90 dias | 8.593 | 2.151 | 8.251 | 2.039 |
| De 91 a 180 dias | 150 | 114 | 42 | 4 |
| De 181 a 360 dias | 216 | 281 | - | 66 |
| | 94.934 | 50.453 | 80.170 | 39.249 |
| Passivo não circulante | 1.186 | 1.760 | - | - |

**15. Provisões operacionais:** As provisões operacionais constituídas pela Companhia referem-se às estimativas de gastos e são compostas basicamente por provisões para despesas portuárias (navegação), rodoviárias e outros gastos. Essas provisões estão classificadas no passivo circulante e no não circulante e tem a seguinte composição: Passivo circulante:

| Provisões operacionais para: | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 | Controladora 2014 | Controladora 2013 |
|---|---|---|---|---|
| Gastos marítimos | 23.730 | 29.837 | 23.730 | 29.837 |
| Gastos rodoviários | 4.756 | 1.311 | 4.756 | 1.311 |
| Gastos administrativos | 1.664 | 8.359 | 1.664 | 8.359 |
| Outros gastos operacionais | 1.393 | 2.880 | 861 | 1.158 |
| | 31.543 | 42.387 | 31.011 | 40.665 |

Passivo não circulante:

| | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 | Controladora 2014 | Controladora 2013 |
|---|---|---|---|---|
| Provisão p/cobertura de passivos de coligada | - | 3.694 | - | 3.694 |
| Provisão para outros gastos | 1.246 | 906 | 1.246 | 905 |
| | 1.246 | 4.600 | 1.246 | 4.599 |

**16. Provisões para contingências:** A Companhia e suas controladas provisionaram ações judiciais e administrativas de natureza trabalhista, cível e fiscal, classificadas no passivo não circulante, consideradas pela Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, como suficiente para cobrir prováveis perdas. Essas contingências são compostas conforme abaixo.

| | Consolidado 2014 Provisão para riscos | Consolidado 2013 Provisão para riscos | Controladora 2014 Provisão para riscos | Controladora 2013 Provisão para riscos |
|---|---|---|---|---|
| Trabalhistas | 15.632 | 14.427 | 8.866 | 2.210 |
| Trabalhistas-responsabilidade solidária | 11.194 | 13.369 | - | - |
| Tributárias | 288 | 1.010 | 147 | 762 |
| Cíveis e outras | 572 | 246 | 500 | 148 |
| | 27.686 | 29.052 | 9.513 | 3.120 |

Reclamações trabalhistas – consistem principalmente em reclamações de empregados por: (i) pagamento de horas extras, (ii) pagamentos adicionais por alegações de insalubridade em condições de trabalhos e (iii) outros assuntos, frequentemente conectados com disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões. O montante de reclamações trabalhistas acima, no valor de R$11.194 em 2014 (R$13.369 em 2013), reconhecido nos registros contábeis da controlada TVV-Terminal de Vila Velha S.A., refere-se a contingências trabalhistas com prognósticos de perdas prováveis registrados ao final do exercício, por conta de prováveis desembolsos com obrigações contingenciais de responsabilidade da VALE S.A. (vide Nota 8), amparado por interpretação do Acordo de Indenização pactuado entre a Log-In Logística Intermodal S.A. e suas controladas e a VALE, datado de 23 de março de 2007. A Companhia e ou suas controladas poderá ingressar no juízo competente com as medidas necessárias para assegurar os seus créditos. Tributárias – abrangem principalmente: (i) tributos preteridos na transferência de bens e (ii) nas mudanças na base de cálculo de contribuições para o PIS e a COFINS. Cíveis e outras – abrangem principalmente demandas relacionadas a acidentes, ações indenizatórias e outras. A Companhia poderá ingressar no juízo competente com as medidas necessárias para assegurar o seu crédito e/ou de suas controladas. No decorrer do exercício de 2014 estas contingências tiveram a seguinte movimentação, face principalmente a processos de responsabilidade exclusiva da VALE sem custas para a Companhia, bem como outras baixas por mudança de prognóstico e revisão de valor de processo.

Consolidado

| Descrição | Saldo em 2013 | Adição | Reversão | Juros+CM | Transferência | Pagamento | Saldo em 2014 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Reclamações trabalhistas | 27.973 | 11.249 | (10.712) | 1.081 | (2.351) | (414) | 26.826 |
| Tributárias | 741 | 143 | (775) | (91) | 270 | - | 288 |
| Cíveis | 338 | 360 | (228) | 195 | (93) | - | 572 |
| | 29.052 | 11.752 | (11.715) | 1.185 | (2.174) | (414) | 27.686 |

Controladora

| Descrição | Saldo em 2013 | Adição | Reversão | Juros+CM | Transferência | Pagamento | Saldo em 2014 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Reclamações trabalhistas | 2.210 | 7.906 | (2.218) | 974 | - | (6) | 8.866 |
| Tributárias | 762 | 128 | (654) | (89) | - | - | 147 |
| Cíveis | 148 | 253 | (128) | 227 | - | - | 500 |
| | 3.120 | 8.287 | (3.000) | 1.112 | - | (6) | 9.513 |

A Companhia continua perseguindo seus interesses em todas as ações acima, e constitui provisão para os processos considerados como perdas prováveis. Em 23 de março de 2007, a Companhia firmou com a Vale S.A. um acordo de indenização, através do qual a VALE se comprometeu a indenizar a Log-In e suas controladas, por toda e qualquer perda, prejuízo, danos, custos, despesas e outras obrigações de caráter pecuniário, que a Companhia venha a sofrer em decorrência de decisão transitada em julgado dos processos judiciais, administrativos ou arbitragens dos quais a Companhia é ou será parte e cujo fato gerador tenha ocorrido antes da publicação do Anúncio de Encerramento da oferta pública de ações. O saldo dessas contingências totalizam R$12.737 em 2014 e R$14.420 em 2013, no consolidado. Adicionalmente às provisões registradas existem outros passivos contingentes em 2014 no montante de R$128.909 na controladora e R$165.106 no consolidado (em 2013 - R$163.945 na controladora e R$184.671 no consolidado), com perdas consideradas possíveis, para os quais, com base nos prognósticos dos advogados, não há provisão constituída. Os principais processos classificados como possíveis são de natureza tributária (R$106.968) e trabalhista (R$52.552) consolidados. Dentre o montante de R$165.106 acima, R$85.673 estão sob o acordo de indenização mencionado no parágrafo anterior, composto por R$61.736 mil de natureza tributária, R$22.865 de natureza trabalhista e R$1.072 de causas cíveis. A Companhia e suas controladas possuem, ainda, depósitos judiciais correlacionados às contingências provisionadas. Os depósitos judiciais foram efetuados de acordo com as requisições judiciais, a fim de possibilitar que a Companhia ingresse e/ou continue com as ações legais; são atualizados monetariamente e estão classificados no ativo não circulante até que aconteça a decisão judicial dos resgates dos mesmos pelo reclamante, ou pela Log-In e suas controladas em desfecho favorável a essas entidades. Em 2014 e em 2013, os depósitos judiciais estão assim representados:

| Depósitos judiciais | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 | Controladora 2014 | Controladora 2013 |
|---|---|---|---|---|
| Processos trabalhistas | 21.397 | 19.191 | 14.055 | 12.743 |
| Processos tributários | 20.465 | 17.463 | 20.107 | 17.138 |
| Processos cíveis e outros | 1.065 | 797 | 1.027 | 769 |
| | 42.927 | 37.451 | 35.189 | 30.650 |
| Provisão para perdas estimadas com resgates de depósitos judiciais | (7.879) | (8.003) | (2.919) | (3.138) |
| | 35.048 | 29.448 | 32.270 | 27.512 |

**17. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado é de R$600.000 em 2014 e de R$527.000 em 2013, o qual está representado por 85.617.759 ações em circulação e 6.093.861 ações em tesouraria, totalizando 91.711.620 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Conforme AGE/AGO de 28 de abril de 2014, o capital social da Companhia foi aumentado por incorporação de reservas, no montante de R$73.000, conforme consta no quadro das Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2014. Durante o exercício de 2014 e no exercício de 2013, não ocorreram alterações no número de ações da Companhia. Em 2014 e em 2013, o capital social é composto como segue:

| Acionista: | 2014 Quantidade de ações e respectivo percentual ON | 2014 % | 2013 Quantidade ações ON e respectivo percentual ON | 2013 % |
|---|---|---|---|---|
| Fama Investimentos Ltda. | 11.832.000 | 12,90 | 11.794.400 | 12,86 |
| Fundação Petrobrás de Seguridade Social-PETROS | 11.735.295 | 12,80 | 11.735.294 | 12,80 |
| Credit Suisse Hedging - Griffo | 9.542.700 | 10,41 | 10.222.900 | 11,15 |
| Fator Administradora de Recursos | 7.146.600 | 7,79 | 5.383.400 | 5,87 |
| Onyx Equity Management Gestora de Investimentos Ltda. | 6.586.200 | 7,18 | - | - |
| Cox Capital Management | 4.329.950 | 4,72 | - | - |
| Outros Investidores | 34.445.014 | 37,56 | 46.481.765 | 50,68 |
| | 85.617.759 | 93,36 | 85.617.759 | 93,36 |
| Ações em tesouraria | 6.093.861 | 6,64 | 6.093.861 | 6,64 |
| | 91.711.620 | 100,00 | 91.711.620 | 100,00 |

b) Ações em tesouraria: A Log-In mantém em sua tesouraria 6.093.861 ações ordinárias, que correspondem a 6,64% do total de ações ordinárias nominativas da Companhia. Essas ações foram adquiridas no decorrer do exercício de 2008 ao custo médio ponderado de R$8,35, por ação. O valor de mercado das ações em tesouraria, calculado com base na cotação da BMF&BOVESPA de 30 de dezembro de 2014 é de R$20.719 (R$49.970 em 30 de dezembro de 2013). c) Reserva de incentivos de AFRMM: Nos termos do item III do artigo 18 da Lei nº 11.941/2009, combinado com o artigo 195-A da Lei 6.404/2006, alterada pela Lei 11.648/2007, o montante das subvenções para investimento-AFRMM, concedidas pelo Poder Público como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos (no caso da Companhia: construção de embarcações com recursos do FMM), deverá ser mantido em conta de reservas de lucros, apurada até o limite do lucro líquido do exercício. O valor apropriado em reservas de lucros será tributado na forma do lucro real caso seja dada destinação diversa da prevista na legislação (capitalização, manutenção em reservas para investimentos). O saldo remanescente das subvenções que não for registrado em reservas de lucros em face da limitação do lucro líquido apurado no exercício, esse deverá ocorrer nos exercícios subsequentes. d) Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício e tem por objetivo assegurar a integridade do capital social. e) Reserva de Investimentos: Esta reserva tem por objetivo cobrir o orçamento de investimentos. Conforme AGO/AGE de 28 de abril de 2014, parte dessa reserva foi capitalizada no exercício de 2014, conforme Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido. f) Reserva especial: Reserva constituída nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/76. Não sendo absorvida por prejuízo em exercícios subsequentes, os valores originários dessa reserva serão distribuídos como dividendos assim que permitir a situação financeira da Companhia. g) Destinação do lucro líquido do exercício: O Estatuto Social da Companhia prevê a destinação de 25% do lucro líquido do exercício a título de dividendo mínimo obrigatório, após os ajustes necessários consoantes as determinações legais. **18. Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:** Os valores dos lucros (prejuízo) básicos e diluídos por ação foram calculados conforme segue:

| | Controladora 2014 | Controladora 2013 |
|---|---|---|
| Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas controladores | (84.234) | 6.642 |
| Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação(a) | (0,98) | 0,08 |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação(*) | 85.617.759 | 85.617.759 |

(a) Não existem itens ante dilutivos.

(*) A quantidade de ações no início e no fim do período se manteve a mesma, não havendo movimentação durante os períodos.

**19. Remuneração baseada em ações:** a) Plano de Matching: Nos termos do Plano de Matching, são elegíveis à premiação os profissionais (diretores e gerentes da Log-In) que atenderem às seguintes condições: i) trabalharem na Companhia durante o ano de vigência do Plano ocupando posições executivas; ii) fizerem jus ao Programa de Participação nos resultados referentes ao ano vigência do Plano; iii) estiverem ativos e trabalhando na Companhia na data da aquisição das ações; e iv) forem posicionados na matriz de Carreira e Sucessão nos quadrantes "adequados" ou "talento". Em reunião do Conselho de Administração realizada em 1 de março de 2011, foi aprovado o 4º Plano de Matching para o ciclo 2011/2014 (já liquidado) nas mesmas condições dos Planos anteriores, com prazos de adesão em abril de 2011, assim como o 5º Plano de Matching, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de abril de 2012, com prazo de adesão em abril de 2012, para o ciclo 2012/2015, o 6º e o 7º Planos de Matching, para o ciclo 2013/2016 e 2014/2017, aprovados na reunião de abril de 2013 e de abril de 2014, respectivamente. Os executivos elegíveis à premiação em ações da Companhia no decorrer do exercício de 2014, cuja quantidade existente em 2014 era de 144.162 ações (141.641 ações em 2013), farão jus, ao final de três anos, ao mesmo número de ações definidas inicialmente, desde que sejam mantidas em sua integralidade sob propriedade dos mesmos em todo o decorrer do período. A liquidação financeira das novas ações será efetuada pela Companhia, sem custo aos executivos. O plano de remuneração é mensurado periodicamente pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio. O prêmio é pago em dinheiro, ao final de três anos, quando atingido alguns critérios, de acordo com o referido plano. As obrigações do plano são registradas no passivo não circulante em contrapartida ao resultado. Em 2014 e em 2013, os Programas em vigência são os constantes do quadro abaixo.

2014

| Programa | Início/Término | Qtde. Ações | Preço Médio da Ação* (R$) | Valor Total | Total Provisionado |
|---|---|---|---|---|---|
| Programa V | ABR/12 a MAR/15 | 36.964 | 3,7733 | 140 | |
| Programa VI | ABR/13 a MAR/16 | 20.405 | 3,7733 | 77 | |
| Programa VII | ABR/14 a MAR/17 | 86.793 | 3,7733 | 327 | |
| | | 144.162 | | 544 | 252 |

2013

| Programa | Início/Término | Qtde. Ações | Preço Médio da Ação* (R$) | Valor Total | Total Provisionado |
|---|---|---|---|---|---|
| Programa IV | ABR/11 a MAR/14 | 61.405 | 8,7743 | 539 | |
| Programa V | ABR/12 a MAR/15 | 53.697 | 8,7743 | 471 | |
| Programa VI | ABR/13 a MAR/16 | 26.539 | 8,7743 | 233 | |
| | | 141.641 | | 1.243 | 805 |

*Preço médio nos exercícios de 2014 e de 2013.

b) Plano de incentivo de longo prazo (ILP): Plano cujo objetivo é reter os diretores estatutários, mantê-los engajados e incentivar a "visão de dono", comprometendo-os com os resultados de médio e longo prazos, reforçando a cultura de desempenho sustentado, cobrindo ciclos de 3 anos. O ILP visa alinhar os interesses dos acionistas e dos diretores na medida em que garante que apenas haja ganhos para os executivos quando também houver ganhos para a Companhia. O montante a ser pago em dinheiro no âmbito do ILP é definido a partir de percentual de atingimento de metas qualificadas e aprovadas pelo Conselho de Administração. Será realizado pagamento único no encerramento do Programa, com base na cotação média ponderada (preço/volume) dos negócios realizados em Bolsa de Valores dos últimos 20 pregões anteriores à data de divulgação oficial dos resultados do exercício findo no terceiro ano do programa. Caso o executivo permaneça na Companhia, ao final de três anos o número de ações é transformado em valor pecuniário. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 7 de agosto de 2012, foi aprovado Plano de ILP para o ciclo 2012/2014. Em 2014, o registro dessa obrigação equivale a R$994 (em 2013, R$2.423), calculado com base no fair value da ação, pró-rata para o período de vigência dos referidos planos, e contabilizada no passivo não circulante. **20. Plano complementar de aposentadoria – Plano misto benefício vale mais:** A Companhia proporciona a seus empregados benefícios que englobam plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA. As contribuições da Companhia ao Plano Vale Mais são como segue: a) Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, são idênticas à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano (R$3.426,29 em 2014 e R$3.236,36 em 2013). b) Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras. c) Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais. d) Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente. Os participantes efetuam contribuições mensais para o Plano VALE MAIS que variam entre 1% a 18% do salário de participação, e as contribuições da Companhia são equivalentes às dos participantes limitadas, porém, a 9% do salário de participação. O montante das contribuições feitas pela Companhia durante o exercício de 2014, apropriadas no resultado do exercício, foi de R$2.208 (consolidado R$2.881). No exercício de 2013 foi de R$1.604 (consolidado: R$2.017). **21. Cobertura de seguros:** As coberturas de seguros são determinadas e contratadas em bases técnicas, consideradas pela Administração como sendo suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado. As modalidades / riscos contratados e as respectivas coberturas estão assim relacionadas:

| | 2014 Consolidado | 2014 Controladora |
|---|---|---|
| P & I (Protection and Indemnity) - danos ambientais | 2.656.200 | 2.656.200 |
| Riscos operacionais e containers arrendados (*) | 92.967 | 92.967 |
| Casco e máquinas (embarcações afretadas a casco nu) | 828.402 | 828.402 |
| Responsabilidade civil (operador portuário / logístico) (*) | 66.405 | 66.405 |
| Lucros cessantes | 104.011 | - |
| D&O (Responsabilidade civil diretores e gestores) | 70.000 | 70.000 |
| Shipowners Liability (SOL) | 13.281 | 13.281 |
| Responsabilidade civil (operador portuário / logístico-empregador) (*) | 2.656 | 2.656 |
| Responsabilidade civil (operador portuário / logístico-danos morais) (*) | 1.328 | 1.328 |
| Transporte - RCTR-C | 3.000 | 3.000 |
| Transporte - RCF-DC | 3.000 | 3.000 |
| Transporte - RCA-C | 3.000 | 3.000 |
| Estagiários - Capital Uniforme* | 10.000 | 10.000 |
| Diretores - 20 vezes o salário limitado** | mínimo de R$ 540 mil e ao máximo de R$ 1.334 mil | mínimo de R$ 540 mil e ao máximo de R$ 1.334 mil |
| Funcionários - 20 vezes o salário limitado** | mínimo de R$ 5 mil e ao máximo de R$ 420 mil | mínimo de R$ 5 mil e ao máximo de R$ 420 mil |

*Para cada apólice de seguro, existe um limite único para os terminais.

**22. Instrumentos financeiros: 22.1) Categoria de instrumentos financeiros:**

| | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 | Controladora 2014 | Controladora 2013 |
|---|---|---|---|---|
| Ativos financeiros: | | | | |
| Empréstimos e recebíveis: | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 15.360 | 82.468 | 6.742 | 40.299 |
| Contas a receber de clientes e de partes relacionadas | 179.903 | 162.228 | 153.425 | 138.668 |
| Fundo da Marinha Mercante-AFRMM | 168.141 | 93.472 | 168.141 | 93.472 |
| Seguros a receber | 1.704 | 1.364 | 1.337 | 1.206 |
| Outros | 1.252 | 4.009 | 1.239 | 4.009 |
| | 366.360 | 343.541 | 330.884 | 277.654 |
| Derivativos ao valor justo por meio do resultado: | | | | |
| Operação-*hedge bunker* | - | 18 | - | 18 |
| | 366.360 | 343.559 | 330.884 | 277.672 |
| Passivos financeiros: | | | | |
| Empréstimos e recebíveis: | | | | |
| Fornecedores | 96.120 | 52.213 | 80.170 | 39.249 |
| Partes relacionadas | - | 3.870 | 30.840 | 6.357 |
| Financiamentos e empréstimos | 1.262.947 | 1.206.083 | 1.250.325 | 1.190.972 |
| Fundo da Marinha Mercante-AFRMM | 350 | 43 | 350 | 43 |
| Concessões portuárias a pagar | 7.154 | 9.396 | - | - |
| | 1.366.571 | 1.271.605 | 1.361.685 | 1.236.621 |
| Derivativos ao valor justo por meio do resultado: | | | | |
| Operação *de swap* | 160.080 | 87.207 | 116.175 | 52.000 |
| Operação-*hedge bunker* | 18.515 | - | 18.515 | - |
| | 178.595 | 87.207 | 134.690 | 52.000 |
| | 1.545.166 | 1.358.812 | 1.496.375 | 1.288.621 |

Segue abaixo a abertura consolidada dos ativos e passivos financeiros por seu valor justo e contábil:

| | Consolidado 2014 Valor contábil | 2014 Valor justo | 2013 Valor contábil | 2013 Valor justo |
|---|---|---|---|---|
| Empréstimos e recebíveis: | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 15.360 | 15.360 | 82.468 | 82.468 |
| Contas a receber de clientes e de partes relacionadas | 179.903 | 179.903 | 162.228 | 162.228 |
| Fundo da Marinha Mercante-AFRMM | 168.141 | 168.141 | 93.472 | 93.472 |
| Seguros a receber | 1.704 | 1.704 | 1.364 | 1.364 |
| Outros | 1.252 | 1.252 | 4.009 | 4.009 |
| | 366.360 | 366.360 | 343.541 | 343.541 |
| Derivativos ao valor justo por meio do resultado: | | | | |
| Operação-*hedge bunker* | - | - | 18 | 18 |
| | 366.360 | 366.360 | 343.559 | 343.559 |
| Passivos financeiros: | | | | |
| Empréstimos e recebíveis: | | | | |
| Fornecedores | 96.120 | 96.120 | 52.213 | 52.213 |
| Partes relacionadas | - | - | 3.870 | 3.870 |
| Financiamentos e empréstimos | 1.262.947 | 1.262.947 | 1.206.083 | 1.206.083 |
| Fundo da Marinha Mercante-AFRMM | 350 | 350 | 43 | 43 |
| Concessões portuárias a pagar | 7.154 | 7.154 | 9.396 | 9.396 |
| | 1.366.571 | 1.366.571 | 1.271.605 | 1.271.605 |
| Derivativos ao valor justo por meio do resultado: | | | | |
| Operação-*hedge bunker* | 18.515 | 18.515 | - | - |
| Operação *de swap* | 160.080 | 160.080 | 87.207 | 87.207 |
| | 178.595 | 178.595 | 87.207 | 87.207 |
| | 1.545.166 | 1.545.166 | 1.358.812 | 1.358.812 |

**22.2) Qualidade do crédito dos ativos financeiros:** A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou impaired é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas de inadimplência de contrapartes. A Companhia adota uma política conservadora de aplicação dos recursos para adequação às condições atuais do mercado financeiro. As aplicações financeiras da Companhia e das suas controladas estão atreladas a títulos privados em bancos elegíveis de recebimentos de recursos conforme a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poors (S&P). No quadro a seguir, apresentamos os ratings em moeda estrangeira publicados pelas agências Moody's e S&P para as instituições financeiras com as quais tínhamos operações em aberto em 2014 e em 2013:

| Instituição Financeira | Ratings S&P | Ratings Moody´s |
|---|---|---|
| Banco do Brasil | BBB | Baa2 |
| Banco Bradesco | BBB | Baa2 |
| Deutsche Bank | A+ | A2 |
| Itaú | BBB | Baa1 |
| Banco Safra | BBB- | Baa2 |
| Banco Santander | BBB | Baa2 |
| Pine | BB+ | Ba2 |
| Votorantim | BBB- | Baa2 |

**22.3) Gestão de risco:** Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco abaixo descritos. Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, a Companhia define metas e diretrizes para o seu gerenciamento, promove e sugere melhorias nos processos de sua avaliação, classifica e define os procedimentos de seu controle. a) Risco de mercado: A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços, porém os mesmos são monitorados pela Companhia, que periodicamente avalia sua exposição e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Não houve mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na maneira pela qual administra e mensura esses riscos no período social atual. Os principais riscos de mercado os quais a Companhia está exposta são os seguintes: b) Risco cambial: A parcela dos financiamentos e operações de swap atrelados à moeda externa (Dólar), no montante de R$755.253 (R$641.723, em 2013), corresponde a 53,1% (49,6% em 2013) da dívida da Companhia; o efeito cambial decorrente é mínimo no vencimento do endividamento no curto e médio e longo prazos. c) Risco de taxa de juros: Este risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos. A Companhia e suas controladas estão expostas à taxa de juros relacionada à variação da TJLP, cujo financiamento em 2014 é de R$406.302 (em 2013 é de R$432.286). A Companhia, em de 2014 e em 2013, não tem contratado derivativos para fazer hedge contra estes índices, entretanto os riscos são monitorados pela Companhia, que periodicamente avalia a sua exposição e propõem as estratégias a serem adotadas. d) Análise de sensibilidade: Em decorrência do histórico de volatilidade do real diante das moedas estrangeiras e das taxas de juros, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade sobre suas dívidas demonstrando os eventuais impactos no exercício de 2014, com base em premissas disponíveis no mercado. As variações consideradas para o cálculo do impacto em 31 de dezembro de 2014 foram as seguintes: dólar 2,30, TJLP 5,0%, CDI 10,6%a.a. e CDI 13,2%a.a..

| | Consolidado | Controladora |
|---|---|---|
| Em imobilizações em curso, com capitalização de: | (35.839) | (35.839) |
| . Juros | 3.676 | 3.676 |
| . Variação cambial | (39.515) | (39.515) |
| No resultado financeiro : | (23.420) | (37.330) |
| . Juros | 17.586 | 3.676 |
| .Variação cambial | (41.006) | (41.006) |

e) Risco de liquidez: O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos. A Administração da Companhia tem como política a manutenção de níveis de liquidez adequados para que possa garantir o cumprimento de suas obrigações presentes e futuras, bem como o aproveitamento de oportunidades comerciais à medida que surgirem. O quadro abaixo demonstra análise dos vencimentos para os passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2014:

Consolidado

| | Total | Até 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 meses a 1 ano | De 1 ano a 5 anos | Mais de 5 anos |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Forncedores | 96.120 | 85.975 | 8.593 | 366 | 1.186 | - |
| Financiamentos e empréstimos | 1.423.027 | 19.629 | 39.258 | 176.657 | 496.247 | 691.236 |
| Concessões portuárias a pagar | 7.292 | 1.186 | - | - | 1.434 | 4.672 |
| | 1.526.439 | 106.790 | 47.851 | 177.023 | 498.867 | 695.908 |

Controladora

| | Total | Até 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 meses a 1 ano | De 1 ano a 5 anos | Mais de 5 anos |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Forncedores | 80.170 | 71.877 | 8.251 | 42 | - | - |
| Partes relacionadas | 30.840 | 3.848 | - | - | 26.992 | - |
| Financiamentos e empréstimos | 1.366.500 | 17.632 | 35.264 | 158.685 | 463.683 | 691.236 |
| | 1.477.510 | 93.357 | 43.515 | 158.727 | 490.675 | 691.236 |

O quadro abaixo demonstra em detalhes o prazo de vencimento para os ativos financeiros em 31 de dezembro de 2014:

Consolidado

| | Total | Até 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 meses a 1 ano | De 1 ano a 5 anos | Mais de 5 anos |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Caixa e bancos | 9.319 | 9.319 | - | - | - | - |
| Aplicações financeiras | 6.041 | 6.041 | - | - | - | - |
| Contas a receber de clientes | 168.709 | 162.700 | 2.801 | 3.208 | - | - |
| Seguros a receber | 1.704 | 426 | 1.278 | - | - | - |
| Outros | 1.252 | - | - | - | 1.252 | - |
| | 187.025 | 178.486 | 4.079 | 3.208 | 1.252 | - |

Controladora

| | Total | Até 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 meses a 1 ano | De 1 ano a 5 anos | Mais de 5 anos |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Caixa e bancos | 720 | 720 | - | - | - | - |
| Aplicações financeiras | 6.022 | 6.022 | - | - | - | - |
| Contas a receber de clientes | 148.857 | 143.851 | 2.758 | 2.248 | - | - |
| Partes relacionadas | 4.568 | 4.568 | - | - | - | - |
| Seguros a receber | 537 | 413 | 124 | - | - | - |
| Outros | 1.239 | - | - | - | 1.239 | - |
| | 161.943 | 155.574 | 2.882 | 2.248 | 1.239 | - |

f) Risco de gerenciamento de capital: A Companhia administra seu capital, para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio de otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral permanece inalterada desde 2013. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamentos detalhados na nota explicativa nº 13, deduzidos pelo caixa e equivalente de caixa) e o patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas e participação de não controladores, conforme apresentado na nota explicativa nº 17). A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital. g) Risco de crédito: As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. A Companhia adota a política de apenas negociar com clientes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes quando apropriado, como meio de mitigar o risco financeiro. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, através análise de indicadores econômico-financeiros. Também visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, a Administração procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha. h) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos: A Companhia procedeu à avaliação dos valores justos de seus principais instrumentos financeiros na data-base 31 de dezembro de 2014 utilizando técnicas usuais de precificação de mercado que consideram julgamento por parte da Administração. Essa avaliação indica que os valores justos se aproximam dos valores contábeis reconhecidos. Para estimar o valor justo de seus instrumentos financeiros, a Administração utilizou as seguintes premissas: • Financiamentos, operações de swap e empréstimos – Representam passivos financeiros atualizados com juros estipulados pelo BNDES e outras instituições financeiras, e parte por variação cambial. A Administração da Companhia entende que o valor contabilizado se aproxima de seu valor justo. i) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme ICVM nº 475/08. A Companhia apresenta abaixo as informações suplementares sobre os seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 475/08, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Em decorrência do histórico de volatilidade do real diante das moedas estrangeiras, dos índices de preço e das taxas de juros, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade demonstrando os eventuais impactos. Esta análise considerou um cenário básico projetado para o exercício de 2014 e outros dois levando-se em conta uma variação em relação às premissas básicas de 25% e 50%. O cenário base foi obtido através de premissas disponíveis no mercado e considera as seguintes variações previstas para 31 de março de 2014: dólar 2,30, TJLP 5,0%, CDI 10,6%a.a e CDI 13,2%a.a. A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação destes cenários na Companhia no exercício de 2014 seriam os seguintes:

Consolidado

| | Cenário base | Cenário I 25% | Cenário II 50% |
|---|---|---|---|
| Em imobilizações em curso, com capitalização de: | (35.839) | 28.539 | 92.912 |
| .Juros | 3.676 | 4.266 | 4.852 |
| .Variação cambial | (39.515) | 24.273 | 88.060 |
| No resultado financeiro : | (23.420) | 46.019 | 115.934 |
| .Juros | 17.586 | 20.831 | 24.551 |
| .Variação cambial | (41.006) | 25.188 | 91.383 |

Controladora

| | Cenário base | Cenário I 25% | Cenário II 50% |
|---|---|---|---|
| Em imobilizações em curso, com capitalização de: | (35.839) | 28.539 | 92.912 |
| . Juros | 3.676 | 4.266 | 4.852 |
| . Variação cambial | (39.515) | 24.273 | 88.060 |
| No resultado financeiro : | (23.556) | 45.858 | 115.747 |
| . Juros | 17.450 | 20.670 | 24.364 |
| . Variação cambial | (41.006) | 25.188 | 91.383 |

**22.4) Derivativos:** Conforme norma interna da Companhia, a contratação de operações com derivativos tem como objetivo adequar a exposição da empresa aos riscos relacionados a preços de commodities, preços de energia, taxas de juros, moedas, ações e crédito, quando existentes, de forma consistente com o seu planejamento estratégico. As operações contratadas visam constituir uma carteira de derivativos que, em conjunto com os ativos e passivos a serem protegidos, proporcionem uma maior estabilidade ao fluxo de caixa e rentabilidade da empresa frente à volatilidade dos preços e taxas relacionados. São vedadas pela norma interna da Log-In operações de aposta em tendências, devendo ter como limite máximo de comprometimento o volume dos ativos ou passivos aos quais a Companhia está exposta. A estratégia das operações com derivativos é periodicamente revisada pela Administração e a contratação de *hedge* aprovada pela mesma. No decorrer do exercício de 2014, tendo em vista as perspectivas do cenário macroeconômico, a Companhia contratou operações com derivativos através de instrumento a termo de combustível (ativo *bunker*, referência US Gulf Coast Fuel Oil nº 6 3.0%), mais especificamente, se comprometendo com a contraparte, a liquidar a sua posição, dado o preço médio de fechamento do ativo subjacente. Como resultado, caso o preço do *bunker*, na data de liquidação, seja inferior ao estipulado no contrato, haverá ajuste negativo para a Companhia. Se o preço de liquidação estiver mais alto, a perda será realizada pela ponta vendedora. As operações tiveram como objetivo minimizar o risco de eventuais aumentos do preço do combustível utilizado pelas embarcações da Companhia, dado um percentual do volume de combustível previsto a ser consumido pela Log-In, no ano de 2014. *"Platt's Oilgram Price Report"* é a plataforma de referência de negociação do ativo. O preço é variável a cada período de negociação, sendo formado pela média aritmética não ponderada dos preços de referência da *commodity*, calculado de forma mensal, desde a data da contratação, até a data do vencimento da operação. A liquidação financeira se dá até o quinto dia útil do mês subsequente. Todas as operações de derivativos foram apresentadas no balanço, na rubrica outros ativos circulantes, de acordo com o valor de mercado e os ganhos ou perdas foram devidamente contabilizados no resultado do período. Os valores de mercado (nível 1) dos instrumentos financeiros derivativos são resumidos a seguir: Em 31 de dezembro de 2014:

| Descrição | Valor de Referência (nocional) 2014 | 2013 | Valor Justo 2014 Ativo | 2014 Passivo | Efeito acumulado em 2014 em receitas (despesas) financeiras Valor a receber/recebido | Valor a pagar/ pago |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Contratos Futuros: Compromissos de compra Hedge Bunker (1) | R$ 33.346 | R$ 24.143 | - | R$ 18.515 | R$ 246 | (R$ 22.581) |

(1) Referentes a 5.962 t/Jan.2015; 4.036 t/Fev.2015; 4.094 t/Mar.2015; 4.968 t/Abr.2015 e 4.387 t/Mai.2015.

Em 31 dezembro de 2013:

| Descrição | Valor de Referência (nocional) 2013 | 2012 | Valor Justo 2013 Ativo | 2012 Passivo | Efeito acumulado em 2013 em receitas (despesas) financeiras Valor a receber/ recebido | Valor a pagar/ pago |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Contratos Futuros: Compromissos de compra Hedge Bunker (1) | R$ 24.143 | R$ 29.641 | R$ 18 | - | R$ 1.042 | (R$ 635) |

(1) Referentes a 5.962 t/Jan.2014; 4.036 t/Fev.2014; 4.156 t/Mar.2014; 4.968 t/Abr.2014 e 4.387 t/Mai.2014.

Na preparação dos quadros, a Administração da Companhia definiu que, para o cenário provável devem ser consideradas as curvas utilizadas para a marcação a mercado dos instrumentos financeiros, válidas em 31 de dezembro de 2014. Estas curvas representam a melhor estimativa para o comportamento futuro dos preços destes e representam o valor pelo qual as posições poderiam ser liquidadas no vencimento.

**Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade - 31 de Dezembro de 2014**

| Operação | Risco | Cenário Provável | Cenário Possível | Cenário Remoto |
|---|---|---|---|---|
| Compra Futura | Redução Preço do *Bunker* | (R$ 18.515) | (R$ 23.989) | (R$ 29.442) |

Nos quadros acima estão demonstrados a análise de sensibilidade de todas as posições em aberto em 31 de dezembro de 2014. Os cenários definidos nesta análise foram: Cenário provável: foram consideradas as curvas de mercado de 31 de dezembro de 2014. Cenário possível: com deterioração de 25% do preço do bunker considerando uma redução de 25% nas curvas de mercado de preço de bunker, utilizadas para apreçamento dos instrumentos no cenário provável, impactando negativamente o valor justo das posições de derivativos. Cenário remoto: com deterioração de 50% do preço do bunker considerando uma redução de 50% nas curvas de mercado de preço de bunker, utilizadas para apreçamento dos instrumentos no cenário provável, impactando negativamente o valor justo das posições de derivativos. Os instrumentos financeiros oram avaliados calculando o seu valor de mercado por meio da utilização das curvas de mercado, em 31 de dezembro de 2014. As operações de derivativos são realizadas com instituições financeiras de primeira linha. Os limites de exposição às instituições financeiras são aprovados pela Administração. O acompanhamento do risco de crédito das instituições financeiras é feito utilizando uma metodologia definida em norma interna da Log-In. As Instituições com as quais a Companhia tem operações em aberto em 31 de dezembro de 2014 são: Morgan Stanley Capital Group Inc. e Barclays Bank PLC. 22.5) Contratos de *Swap* – Proteção do empréstimo em Dólar com taxa em percentual do CDI: Contratos de *Swap* – com o objetivo de proteção à exposição cambial gerada pelo principal da Cédula de Crédito Bancária – Repasse de Recursos Captados no Exterior, via Resolução 4.131/62 (item d) da nota 14), a Companhia contratou (i) em setembro de 2011 e em 30 de dezembro de 2014 operações de swap com pontas ativas em dólar (US$22,000 e US$6,000, de valor nocional, respectivamente), à taxa de 4,12%a.a. e de 4,65%, e passivas em CDI, às taxa de 112% e de 110,20%, com vencimento em 18 de agosto de 2015 e em 26 de novembro de 2019, respectivamente; (ii) em 23 de agosto de 2013, operação de swap com ponta ativa em dólar (US$12,000 de valor nocional), à taxa de 4,11%a.a., e passiva em CDI, à taxa de 119%, com vencimento para 23 de agosto de 2016; (iii) em 23 de dezembro de 2013, operação de swap com ponta ativa em dólar (US$15,000 de valor nocional), à taxa de 4,0%a.a., e passiva em CDI, à taxa de 120%, com vencimento para 23 de dezembro de 2016; (iv) em 28 de janeiro de 2014, operação de swap com ponta ativa em dólar (US$6,184 de valor nocional), à taxa de 4,15%a.a., e passiva em CDI, à taxa de 120%, com vencimento para 30 de janeiro de 2017; e (v) em 16 de junho de 2014, operação de swap com ponta ativa em dólar (US$30,000 de valor nocional) à taxa de 3,60%a.a., e passiva em CDI, à taxa de 118,4%, com vencimento para 16 de junho de 2017. O vencimento do principal e a amortização dos juros do empréstimo e swap ocorrerão exatamente nas mesmas datas. A Companhia dispõe do direito de liquidar o principal e os encargos financeiros do empréstimo e da operação de swap, em base líquida, caso necessário, e fará essas liquidações simultaneamente nos respectivos vencimentos, conforme previsto nos contratos. Dessa forma o instrumento financeiro e seus respectivos encargos são considerados um único instrumento financeiro sintético e seus efeitos estão apresentados no balanço patrimonial e no resultado financeiro líquido da Companhia, como um único instrumento financeiro, refletindo de forma mais apropriada os montantes e a indicação dos fluxos de caixa futuros, bem como os riscos a que esses fluxos de caixa estarão expostos. O cálculo de valor de mercado desse instrumento financeiro considera a dívida com encargos financeiros correspondente a uma taxa média de 119,6% do CDI, cujo efeito líquido nas despesas financeiras no exercício de 2014 foi de R$15.866 e no consolidado e de R$9.668 na controladora (no exercício de 2013 foi de R$4.491 no Consolidado e de R$4.413 na Controladora). Os contratos em aberto de *swap* com vencimento em agosto de 2015, em agosto e dezembro de 2016 foram celebrados com contrapartes representadas pelo Banco do Brasil e Banco Itaú e estão assim compostos:

Consolidado

| Descrição | Valor principal 2014 | Valor principal 2013 | Índice | Taxa média | Valor justo 2014 | Valor justo 2013 | Perda/Ganho realizado 2014 | Perda/Ganho realizado 2013 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Contrato de *Swap BB* (1): | | | | | | | | |
| Ponta ativo | | | | | | | | |
| Posição comprada dólar | 30.621 | 30.173 | US$ + | 4,12% | 31.363 | 30.990 | - | - |
| Ponta passiva: | | | | | | | | |
| Taxa pós fixada | | | | | | | | |
| Posição vendida CDI | 25.654 | 22.077 | CDI | 112,0% | 26.192 | 22.317 | (2.199) | (3.330) |
| Contrato de *Swap Itaú* (1): | | | | | | | | |
| Ponta ativo | | | | | | | | |
| Posição comprada dólar | 74.513 | 63.698 | US$ + | 4,08% | 75.443 | 66.379 | - | - |
| Ponta passiva: | | | | | | | | |
| Taxa pós fixada | | | | | | | | |
| Posição vendida CDI | 68.010 | 65.130 | CDI | 119,6% | 69.639 | 67.763 | (9.404) | (1.161) |
| Contrato de *Swap HSBC* (1): | | | | | | | | |
| Ponta ativo | | | | | | | | |
| Posição comprada dólar | 78.551 | - | US$ + | 3,60% | 148.962 | - | - | - |
| Ponta passiva: | | | | | | | | |
| Taxa pós fixada | | | | | | | | |
| Posição vendida CDI | 66.416 | - | CDI | 118,4% | 140.414 | - | (4.263) | - |

Controladora

| Descrição | Valor principal 2014 | Valor principal 2013 | Índice | Taxa média | Valor justo 2014 | Valor justo 2013 | Perda/Ganho realizado 2014 | Perda/Ganho realizado 2013 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Contrato de *Swap BB* (1): | | | | | | | | |
| Ponta ativo | | | | | | | | |
| Posição comprada dólar | 30.621 | 30.173 | US$ + | 4,12% | 31.363 | 30.990 | - | - |
| Ponta passiva: | | | | | | | | |
| Taxa pós fixada | | | | | | | | |
| Posição vendida CDI | 25.654 | 22.077 | CDI | 112,0% | 26.192 | 22.317 | (2.199) | (3.330) |
| Contrato de *Swap Itaú* (1): | | | | | | | | |
| Ponta ativo | | | | | | | | |
| Posição comprada dólar | 25.878 | 28.528 | US$ + | 4,11% | 26.156 | 29.683 | - | - |
| Ponta passiva: | | | | | | | | |
| Taxa pós fixada | | | | | | | | |
| Posição vendida CDI | 24.105 | 29.923 | CDI | 119,0% | 24.578 | 30.825 | (3.206) | (1.083) |
| Contrato de *Swap HSBC* (1): | | | | | | | | |
| Ponta ativo | | | | | | | | |
| Posição comprada dólar | 78.551 | - | US$ + | 3,60% | 148.941 | - | - | - |
| Ponta passiva: | | | | | | | | |
| Taxa pós fixada | | | | | | | | |
| Posição vendida CDI | 66.416 | - | CDI | 118,4% | 140.414 | - | (4.263) | - |

(1) As operações de *"swap"* financeiras consistem na troca da variação cambial por uma correção relacionada a um percentual da variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário)

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano, conforme cotações obtidas na BM&FBOVESPA nas datas previstas dos vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio. Os cenários possível e remoto consideram uma alta do dólar norte-americano de 25% (R$3,41/US$1,00) e de 50% (R$4,09/US$1,00), respectivamente. Os cenários provável, possível e remoto estão sendo apresentados em atendimento à Instrução CVM nº 475/08. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações. A análise de sensibilidade está demonstrada no quadro abaixo:

Consolidado

| Operação | Risco | Cenários Provável | Cenários Possível | Cenários Remoto |
|---|---|---|---|---|
| Swap BB | Alta do dólar | (R$ 206) | (R$ 257) | (R$ 309) |
| Swap Itaú | Alta do dólar | R$ 616 | R$ 771 | R$ 924 |
| Swap HSBC | Alta do dólar | R$ 1.687 | R$ 2.108 | R$ 2.530 |

Controladora

| Operação | Risco | Cenários Provável | Cenários Possível | Cenários Remoto |
|---|---|---|---|---|
| Swap BB | Alta do dólar | (R$ 206) | (R$ 257) | (R$ 309) |
| Swap Itaú | Alta do dólar | R$ 135 | R$ 169 | R$ 202 |
| Swap HSBC | Alta do dólar | R$ 1.687 | R$ 2.108 | R$ 2.530 |

**23. Receita operacional líquida:** Segue abaixo a reconciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida registrada na demonstração do resultado dos exercícios findos em 2014 e em 2013:

| | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 | Controladora 2014 | Controladora 2013 |
|---|---|---|---|---|
| Receita operacional bruta | 1.096.522 | 910.665 | 914.077 | 730.276 |
| Receita de fretes: | 858.767 | 657.245 | 858.767 | 657.245 |
| Mercado interno | 719.256 | 577.130 | 719.256 | 577.130 |
| Mercado externo | 139.511 | 80.115 | 139.511 | 80.115 |
| Receita de serviços: | 237.755 | 253.420 | 55.310 | 73.031 |
| Mercado interno | 133.121 | 143.369 | 38.820 | 46.509 |
| Mercado externo | 104.634 | 110.051 | 16.490 | 26.522 |
| Impostos sobre vendas | (122.200) | (99.998) | (106.512) | (81.907) |
| Receita operacional líquida | 974.322 | 810.667 | 807.565 | 648.369 |

**24. Custo dos fretes e serviços:** Os custos dos fretes e serviços prestados referentes aos exercícios findos em findos em 2014 e em 2013 estão assim representados:

| | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 | Controladora 2014 | Controladora 2013 |
|---|---|---|---|---|
| Pessoal e encargos | (64.728) | (64.940) | (40.235) | (38.548) |
| Benefícios | (19.974) | (18.171) | (12.080) | (11.069) |
| Material | (11.245) | (10.730) | (7.953) | (7.512) |
| Óleo combustível e gases | (117.377) | (100.370) | (115.585) | (98.705) |
| Afretamento, locações e arrendamento | (195.441) | (103.910) | (181.693) | (93.378) |
| Serviços contratados | (388.390) | (338.739) | (352.964) | (301.921) |
| Depreciação e amortização | (43.310) | (47.487) | (33.086) | (30.275) |
| Outros | (58.335) | (37.051) | (31.547) | (22.096) |
| | (898.800) | (721.398) | (775.143) | (603.504) |

**25. Informações sobre a natureza das receitas (despesas) operacionais reconhecidas na demonstração do resultado:** A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas receitas (despesas) operacionais reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

| | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 | Controladora 2014 | Controladora 2013 |
|---|---|---|---|---|
| Administrativas e comerciais - despesas: | | | | |
| Pessoal, encargos sociais e benefícios | (31.439) | (32.777) | (28.858) | (29.633) |
| Despesas de depreciação e amortização | (11.935) | (11.561) | (11.881) | (11.484) |
| Provisão de créditos de liquidação duvidosa | (4.749) | (855) | (3.086) | (520) |
| Locações, consultoria, serviços públicos e marketing/comunicação | (8.273) | (8.874) | (7.948) | (8.528) |
| Serviços contratados e outros | 281 | 261 | 1.532 | 1.397 |
| Materiais de consumo | (184) | (203) | (184) | (203) |
| Provisões para despesas administrativas | (3.626) | (4.955) | (3.626) | (4.955) |
| | (59.925) | (58.964) | (54.051) | (53.926) |
| Reversão (constituição) de provisões para contingências | (37) | 908 | (5.287) | 7.221 |
| Receita com subvenção-AFRMM aplicados | 91.646 | 79.115 | 91.646 | 79.115 |
| Outras receitas (despesas), líquido | 15.643 | (10.229) | 564 | (9.334) |
| Participação nos lucros de controladas e coligada | - | - | 39.133 | 20.263 |
| Ganho (perda) com alienação de participação societária e outras | (164) | (6.592) | - | (6.592) |
| | 47.163 | 4.238 | 72.005 | 36.747 |

**26. Resultado financeiro líquido**

| | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 | Controladora 2014 | Controladora 2013 |
|---|---|---|---|---|
| Receitas financeiras: | | | | |
| Aplicações financeiras | 3.975 | 3.983 | 3.414 | 3.743 |
| Ganhos com operações de swap | 40.260 | 13.104 | 29.679 | 13.096 |
| Operações com derivativos de hedge bunker | 228 | 1.024 | 228 | 1.024 |
| Juros e comissões | 1.346 | 1.773 | 1.321 | 1.604 |
| Juros diferidos sobre alienação de bens | 649 | 665 | 649 | 665 |
| Outras | 73 | 525 | 73 | 518 |
| | 46.531 | 21.074 | 35.364 | 20.650 |
| Variações monetárias e cambiais | 8.444 | 4.633 | 2.974 | 2.532 |
| | 54.975 | 25.707 | 38.338 | 23.182 |
| Despesas financeiras: | | | | |
| Encargos sobre empréstimos e financiamentos | (58.215) | (45.020) | (56.941) | (43.463) |
| Encargos sobre empréstimos (mútuo) com partes relacionadss | - | - | (3.492) | - |
| Imposto sobre operações financeiras-IOF | (2.286) | (4.667) | (2.140) | (4.571) |
| Juros de contingências (trabahistas, cíveis e fiscais) | (1.185) | 1.163 | (1.112) | 1.167 |
| Operações com derivativos de hedge bunker | (22.581) | (636) | (22.581) | (635) |
| Encargos com operações de swap | (31.754) | (13.092) | (21.286) | (13.016) |
| Juros e comissões | (5.644) | (4.771) | (5.037) | (4.389) |
| Outras | 1.178 | (2.561) | (401) | (316) |
| | (120.487) | (69.584) | (112.990) | (65.223) |
| Variações monetárias e cambiais | (96.001) | (73.638) | (91.016) | (74.943) |
| | (216.488) | (143.222) | (204.006) | (140.166) |
| Resultado financeiro líquido | (161.513) | (117.515) | (165.668) | (116.984) |
| As variações monetárias e cambiais são assim representadas: | | | | |
| Variações monetárias e cambiais ativas | 8.444 | 4.633 | 2.974 | 2.532 |
| Variações monetárias e cambiais passívas | (96.001) | (73.638) | (91.016) | (74.943) |
| | (87.557) | (69.005) | (88.042) | (72.411) |

**DIRETORIA**

**Vital Jorge Lopes** - Diretor-Presidente e de RI; **Cleber Cordeiro Lucas** - Diretor; **Mauricio Trompowsky Costa Ramos** - Diretor; **Gustavo Quaresma Freitas** - Diretor; **Márcio Arany da Cruz Martins** - Diretor;
**Joaquim Sanches Neto -** Contador - CRC.RJ 035.481/O-6

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA LOG-IN LOGISTICA INTERMODAL S.A.**

O Conselho Fiscal da Log-In – Logística Intermodal S.A. ("Log-In"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração da Log-In, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações Patrimoniais, a Demonstração do Valor Adicionado e as respectivas Notas Explicativas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, e tomando por base o Parecer dos Auditores Independentes, sem ressalvas, é de opinião que os referidos documentos, examinadas à luz da legislação societária vigente, encontram-se em condições de serem aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária da Log-In. Rio de Janeiro, 18 de março de 2015. William Bezerra Cavalcanti Filho - Presidente; Flávia Silva Fialho Rebelo - Conselheira; Marcio Luciano Mancini - Conselheiro.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **Log-In Logística Intermodal S.A.**
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Log-In Logística Intermodal S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Log-In Logística Intermodal S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) . **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Demonstrações financeiras de exercício anterior examinadas por outro auditor independente:** O exame das demonstrações financeiras, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2013, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 19 de março de 2014. Rio de Janeiro, 18 de março de 2015.

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4